

UNIVERSIDADE DE TRÁS OS MONTES E ALTO DOURO

**Cooperação descentralizada e intermunicipal:
Acordos de cooperação no distrito Vila Real como fator de
desenvolvimento local**

Dissertação de Mestrado em Gestão Pública

Maria João Rodrigues Fernandes

Orientador: Professor Doutor Artur Cristóvão



Vila Real, 2012

*Dissertação apresentada com vista à
obtenção do grau de mestre em Gestão
Pública na Universidade de Trás-os-
Montes e Alto Douro.*

Mestrado em Gestão Pública

**Cooperação descentralizada e intermunicipal:
Acordos de cooperação no distrito de Vila Real como fator de
desenvolvimento local**

Maria João Rodrigues Fernandes

Orientador:

Professor Doutor Artur Cristóvão

Composição do Júri

Presidente: Doutora Carla Susana Marques

Vogais: Doutor Artur Fernando Arede Correia Cristóvão

Doutor Timothy Leonard Koehnen

Vila Real, 2012

Vila Real



Alijó



Lembá



Cadaujac



Sta. Marta Penaguião



Ossining

AGRADECIMENTOS

Para que esta minha realização pessoal fosse possível foi determinante o apoio, através de contribuições diretas, comentários, críticas e sugestões de várias outras pessoas.

A importância que assumem é vital para a concretização do resultado final e como tal a eles cumpre deixar o meu agradecimento e reconhecimento.

Ao Prof. Dr. Artur Cristóvão pelo apoio e orientação meticulosa, pelas críticas construtivas e pela disponibilidade que sempre demonstrou.

À minha irmã, Eng.^a Cláudia Fernandes pelo tempo dispensado e ajuda preciosa nos momentos mais complicados, nomeadamente no final do trabalho.

Ao meu marido pela paciência, apoio e companheirismo permanente, expresso ou silencioso, por ter suportado com carinho todos os nervosismos e más disposições. Por tanto que não é possível expressar em palavras.

Aos meus pais e aos meus filhos, a quem dedico este trabalho.

Vila Real, 28 de dezembro de 2012.

Maria João Rodrigues Fernandes

RESUMO

A temática da cooperação aparece inicialmente ligada ao Estado, sendo que só mais tarde – anos 90 – se iniciou o processo de descentralização. Começaram então a aparecer os acordos e as relações entre os Municípios e/ou regiões de diferentes países (Costa, 2005).

Tal como Costa refere, “a cooperação intermunicipal - forma de cooperação descentralizada - corresponde ao estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, tendo como principais atores os Municípios ou seus equivalentes, de acordo com o sistema organizativo dos países, podendo assumir a forma de geminações, protocolos, acordos de cooperação e redes. A tendência atual, num contexto de globalização, aponta para o incentivo ao desenvolvimento de formas ou figuras inovadoras de cooperação inter-regional, interurbana e transnacional de natureza reticular, colocando em interação agentes económicos, instituições, autarquias, territórios, cidades e regiões, localizados em diferentes espaços geográficos.

Paralelamente, estamos perante uma nova dimensão intercontinental dos relacionamentos, assente em redes interterritoriais de cooperação e onde as autarquias desempenham um papel relevante, muitas das vezes como motor desta nova tipologia de relacionamentos.

A cooperação descentralizada, pela sua importância a nível local e mundial, contempla diferentes formas de atuação, de estratégias, de formas contratuais... sendo acompanhada por um amplo leque de fatores, entre os quais se destaca “... a participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo. “... A cooperação descentralizada reflete uma nova orientação do papel do Estado, da participação, do protagonismo dos beneficiários, e um maior apoio ao envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento. Tal determina que a Cooperação Descentralizada implique uma participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo e, entre outras considerações, a prioridade à capacitação institucional no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais...” (MNE, 2006).

Nesse processo de ligação/participação entre os vários agentes, os Municípios desempenham papel preponderante e fundamental, sendo neste sentido que se fala de

cooperação intermunicipal. A cooperação intermunicipal corresponde a uma forma de cooperação descentralizada na qual os municípios envolvidos assumem uma função de participação ativa dos processos de desenvolvimento (Afonso, 1998).

Com base na proposta PROT-Norte foi efetuado um inquérito junto das autarquias do Douro Norte. Esta investigação pretendeu aferir quais os acordos de cooperação celebrados, bem como o tipo de relacionamento existente entre os municípios para, a partir da informação obtida, selecionar um caso de estudo. A análise do caso selecionado demonstrou que o/os acordo/s de cooperação têm potencial como fator de desenvolvimento local.

Palavras-chave: cooperação descentralizada, cooperação intermunicipal, acordos de cooperação, Vila Real, Saurimo, Alijó.

ABSTRACT

The theme of cooperation appears initially related to the State, and only later-90 years - began to be decentralized. They began to appear agreements and relations between the municipalities and / or regions in different countries.

As mentioned by Costa "intermunicipal cooperation - form of decentralized cooperation - corresponds to the establishment of relationships between two or more communities, with the main actors municipalities or their equivalents, according to the organizational system of the country, can take the form of twinning , protocols, agreements of cooperation and networks. The current trend in the context of globalization (...), points to the incentive to develop innovative forms or figures of inter-regional, intercity and transnational nature of networking, putting in economic interaction, institutions, municipalities, territories, cities and regions located in different geographical areas.

In parallel, we have a new dimension intercontinental network of relationships based on inter-territorial cooperation and where local authorities play an important role, often as an engine of this new type of relationships.

Decentralized cooperation by their importance to local and global, includes various forms of action, strategies, forms of contract ... and was accompanied by a wide range of factors, among which stands out "... the active participation of various actors in all stages of the process . "... The decentralized cooperation reflects a new focus on the role of the state's participation, the role of beneficiaries, and further supports the involvement of civil society in development. This determines that the decentralized cooperation involves the active participation of various actors at all stages of the process and, among other considerations, the priority to capacity building in order to encourage autonomy and sustainability of local dynamics... (MNE 2006).

In this connection / participation process between various actors, municipalities play a preponderant and fundamental role being in this sense that we talk about inter-municipal cooperation. The inter-municipal cooperation corresponds to a form of decentralized cooperation in which the municipalities involved assume a role of active participation in development processes (Afonso, 1998).

Based on the North-PROT proposal it was carried out a survey in municipalities from North Douro. This research aimed to assess what the twinning agreements concluded and the type of relationship existing between the municipalities and from the information obtained, select a case study. The analysis of the selected case demonstrated that the cooperation agreements have the potential as a factor of local development.

Índice

1. Introdução	1
1.1. Definição do problema.....	1
1.2. Justificação da escolha do tema	8
2. Abordagem conceptual: Cooperação descentralizada e cooperação intermunicipal	10
2.1. Introdução	10
2.2. Análise da evolução histórica	13
2.3. Poder Local, parcerias e desenvolvimento.....	15
3. Metodologia	17
4. Resultados e discussão.....	19
4.1. Caracterização dos concelhos seleccionados, dentro do distrito de Vila Real, identificação e individualização dos acordos de cooperação	19
4.2. Um caso de estudo: Alijó - Saurimo, Angola	26
4.2.1. Alijó.....	27
4.2.2. Saurimo – Capital da província de Lunda Sul.....	36
5. Conclusões	43
Referências Bibliográficas.....	46
Anexos	50
Guião da entrevista	51

Índice de Figuras

Figura 1 – Incidência das várias formas de cooperação.	22
Figura 2 - Áreas de cooperação	23
Figura 3 – Localização de Saurimo, Angola. Fonte: wikipédia.	26
Figura 4 - Mapa do concelho de Alijó.....	29
Figura 5 - Comparação entre população presente e população residente.....	31
Figura 6 - Evolução das famílias clássicas.	32
Figura 7 – Índice sintético de desenvolvimento – comparação 2004/2006.....	36

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Principais motivações.....	24
Tabela 2 - Grau de satisfação relativamente às ações de cooperação.	24
Tabela 3 - Distribuição dos Municípios e Comunas.	36

1. Introdução

1.1. Definição do problema

A temática da cooperação aparece inicialmente ligada ao Estado, sendo que só mais tarde – anos 90 – começou a ser descentralizada. Começaram então a aparecer os acordos e as relações entre os Municípios e/ou regiões de diferentes países (Costa, 2005). Efetivamente, só em 1996, durante a Conferência das Nações Unidas para os estabelecimentos humanos, realizada em Istambul, se reconheceu o “direito das autoridades locais a uma expressão autónoma e o necessário apoio ao processo de descentralização”.

Tal como refere Dessotti (2009), a cooperação descentralizada é uma das formas de inserção internacional das cidades, em busca do desenvolvimento local, podendo mesmo vir a ser “uma forma de inserção mais competitiva na economia global” (IBID 2009). A cooperação é um eixo de ligação mas, mais do que desenvolver laços de amizade, a cooperação pretende a “troca de culturas” e, quase sempre, o benefício a nível económico.

Embora a cooperação externa tenha tido a sua génese na Europa e, a nível local, com a geminação e a cooperação dos municípios europeus de vários países, “rapidamente se tornou numa prática comum em todo o mundo” (Costa, 2005). Tal como refere Costa, muito embora o objetivo de cooperação seja primeiramente político e económico, saem também a ganhar as relações humanas, sociais e culturais.

A cooperação descentralizada, pela sua importância a nível local e mundial, contempla um amplo leque de fatores, diferentes formas de atuação, de estratégias e de formas contratuais, destacando-se de entre eles, a participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo (MNE 2006). Na cooperação descentralizada o Estado assume um novo papel na sua participação, no protagonismo dos beneficiários e no maior apoio ao desenvolvimento do envolvimento da sociedade civil. Nessa medida a cooperação descentralizada implica uma participação ativa, em todas as fases do processo, dos diversos agentes, de onde se destaca a capacitação institucional no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais (MNE, 2006).

Nesse processo de ligação/participação entre os vários agentes os Municípios desempenham papel preponderante e fundamental, sendo neste sentido que se fala de cooperação intermunicipal. Corresponde a mesma a uma forma de cooperação descentralizada, na qual os municípios envolvidos assumem uma função de participação ativa dos processos de desenvolvimento (Afonso, 1998). De acordo com Ribeiro e Faria (2009), a cooperação intermunicipal poderá assumir diversas formas/vertentes que passam por geminações (bilaterais ou multilaterais), protocolos, acordos de cooperação/colaboração e redes. Ou seja, por Cooperação Intermunicipal entende-se as relações estabelecidas entre duas ou mais comunidades, sendo os principais atores os municípios ou seus equivalentes, dependendo da organização administrativa vigente em cada país. Nesse relacionamento os parceiros podem envolver-se com outros atores, nomeadamente, ONGs, associações empresariais e industriais e outras organizações da sociedade civil (Schep, 1995).

Na Europa do Pós-Guerra verificou-se uma aproximação/reconciliação entre as Nações que promovem o seguimento de uma nova tipologia de cooperação – a Cooperação Intermunicipal. O escopo desta cooperação era a promoção da paz, da compreensão internacional, da amizade e reconciliação dos povos mais fragilizados, num período pós-guerra (Ribeiro e Faria, 2009). A cooperação intermunicipal surgiu como fenómeno europeu, mas rapidamente se desenvolveu e estendeu a todo o mundo, facto que segundo a Afonso de se deveu a:

- Rápida evolução das comunicações e sistemas de transporte;
- Crescente e rápida urbanização;
- Descentralização da administração pública;
- Reavaliação do Estado;
- Descentralização da cooperação para o desenvolvimento;
- Globalização e a “localização”.

São várias as formas de cooperação intermunicipal. Lançando mão das definições introduzidas por Afonso e Fernandes (2005), teremos:

- Protocolo para efeitos de acessórias técnicas ou realização de projetos específicos;
- Geminações – acordos que visam trocar conhecimentos e realizar atividades, projetos ou programas a médio e longo prazo;

- Redes e
- Acordos de cooperação, acordos de colaboração e acordos de cooperação e amizade.

A formação do Estado moderno foi um processo brutal. Expandindo-se geograficamente por áreas distintas, os Estados penetraram, estandardizaram e incorporaram num sistema estatal sistemas de poder local previamente estabelecidos (Agnew, 1987). Perante o desmantelamento do Estado nação são os sistemas locais que se revelam. O “desmantelamento parcial da nação” e a transferência de parte dos seus atributos para os níveis internacional e local-regional torna possível às coletividades territoriais saírem, em parte, do âmbito nacional. As cidades podem ter alianças múltiplas (Ascher, 1998) e tentar, por via dessas alianças e redes de cidades, minimizar os impactos menos positivos da globalização criando redes de sustentação em períodos de crise.

Muito embora a cooperação intermunicipal seja um fenómeno recente, verifica-se uma tendência crescente de envolvimento das autarquias locais portuguesas. Num mundo globalizado, a interdependência é condição inerente à realidade, pelo que, de uma forma paradoxal, o desafio da competitividade, que a globalização e o enfraquecimento do Estado-nação trouxeram às cidades, encontra na cooperação e na agregação de interesses, promovidos pelas geminações, uma possibilidade de resposta alternativa (Xavier, 2004).

No contexto da União Europeia (UE), o movimento de associação de municípios, para além de incentivado pelos princípios comunitários de integração, proporciona ganhos formais e informais de poder dando “escala” às cidades. Assiste-se a um incremento da cooperação intermunicipal em que se combinam os vários tipos de relações entre cidades, no seio dos quais as geminações têm desempenhado não apenas um papel histórico mas dinamizador de formas diversas de cooperação. As geminações constituem para as cidades uma forma avançada de trabalho e solidariedade. Ao estabelecerem um contacto livre, opcional e direto entre as cidades, surgem como terreno aberto a um conjunto variado de iniciativas descentralizadas de intercâmbio e de cooperação – valores dialeticamente ligados aos desafios da globalização e competitividade das sociedades atuais (Xavier, 2004).

Tal como foi já referido, a cooperação descentralizada portuguesa, designadamente a cooperação intermunicipal, assenta num quadro histórico, político e legal recente (ICP,

2000). A participação institucional portuguesa no plano internacional está diretamente relacionada com a ordem política e constitucional resultante do 25 de Abril de 1974, que instaurou as bases para um relacionamento diferente de Portugal com os novos países de Língua Portuguesa em África e com os Países em Desenvolvimento em geral (MNE, 1999; Monteiro, 2001). Sucede porém que no início as relações entre Portugal e as ex-colónias foram difíceis e, só a partir de 1987, se intensificou a política de cooperação, multiplicando-se o número de entidades cooperantes, sobretudo a nível de cooperação institucional (Campos, 1997).

Segundo o relatório da OCDE de 1997, a política de cooperação portuguesa para o desenvolvimento caracteriza-se por uma concentração no plano bilateral, reflexo dos laços históricos, linguísticos e culturais que unem Portugal aos cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Considera ainda que a constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) poderá enriquecer o diálogo de Portugal com os seus parceiros, favorecer a aprendizagem e a cooperação mútua, permitindo sobretudo beneficiar das ideias, experiências e recursos do Brasil. Observa ainda que esta organização, que tem como objetivo principal a defesa da língua portuguesa e sua influência, deverá conduzir no futuro a projetos que interessem a todos os países lusófonos e a uma cooperação triangular reforçada entre Portugal, Brasil e os PALOP.

A política de cooperação portuguesa foi reestruturada com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99 de 18 de maio. Tal como refere Afonso as alterações introduzidas na Cooperação portuguesa tentam responder à realidade internacional de modo a tornar a ajuda mais eficiente e eficaz enquanto vetor da política externa. Na referida Resolução são definidas as medidas de reforma e ajustamento que o Governo tem vindo a seguir, procurando estabelecer referências de orientação estratégica para a cooperação portuguesa. Coloca-se um grande desafio a Portugal que é o de saber articular no plano político, cultural e económico duas dinâmicas: por um lado a da sua integração europeia, por outro da de constituição de uma comunidade estruturada nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa. Neste contexto a política de cooperação para o desenvolvimento surge como vetor essencial para o desenvolvimento da política externa, adquirindo um sentido estratégico particular e contribuindo para a criação e afirmação de uma identidade própria na diversidade europeia.

O setor não-governamental, designadamente as autarquias locais, têm tido um papel muito significativo no modelo português de cooperação. Os Municípios são os interlocutores privilegiados nos programas bilaterais de cooperação, destacando-se pela experiência que detêm em aspetos fundamentais de ajuda ao desenvolvimento, tais como o ensino primário, as infra-estruturas de saneamento básico, a recuperação e conservação do património edificado (Barata, 2001). Para efeitos de reforçar o apoio institucional no âmbito da Cooperação Intermunicipal foi assinado em 1998 um protocolo de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses. O objetivo do referido protocolo é estabelecer as formas de cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros – através do Instituto de Cooperação Portuguesa – e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) desenvolvendo o conjunto de ações de cooperação no âmbito da organização das estruturas de poder local a solicitação dos países em vias de desenvolvimento que delas necessitem, de acordo com as opções estratégicas da política de cooperação portuguesa.

De acordo com o estabelecido este acordo – o Programa Integrado de Cooperação Portuguesa (PICP) – deverá contemplar todos os anos um programa de cooperação intermunicipal que integre os projetos a desenvolver pelos municípios portugueses no quadro de programas bilaterais de cooperação nos domínios previstos no protocolo. Ou seja, existe um quadro legal que visa “assegurar uma maior racionalização da política de Cooperação Portuguesa, aproveitando os contributos dos municípios portugueses que, no âmbito de processos de geminação ou protocolos pontuais, desenvolvem ações de cooperação com os países lusófonos” (Barata, 2001). Foram estabelecidas as condições para uma contratualização em torno de um programa de cooperação intermunicipal a preparar e executar por um grupo de missão criado para o efeito. De facto, a referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/99 de 17 de maio deu origem à criação de um grupo de missão que tem por objetivo preparar e coordenar o lançamento, a implementação e a gestão de um programa específico de cooperação intermunicipal afeto ao PICP.

Através do programa de cooperação intermunicipal pretende-se que seja pensada a cooperação a desenvolver com os países lusófonos, para que seja planeada e executada com coerência e rigor, tanto no cumprimento dos objetivos traçados, respetivas ações e projetos, como também na utilização dos fundos públicos destinados ao efeito (Barata, 2001). As

geminções surgiram em Portugal na década de 80 e foram, na sua maioria, estabelecidas entre municípios portugueses e europeus. De acordo com Afonso, a primeira geminação entre municípios nacionais foi estabelecida entre Trancoso e Castelo de Vide a 27 de março de 1988. As motivações que estiveram na base deste tipo de relações são de várias ordens, destacando-se as motivações históricas, culturais, as redes migratórias, os laços sociais ou a proximidade geográfica (Moreira, 1997). As motivações históricas surgem em protocolos com o Brasil e África. A existência de comunidades de portugueses surge como motivação das geminações com autarquias da Europa e da América do Norte, onde são relevantes razões culturais e de acompanhamento das comunidades emigradas. As motivações de carácter migratório relacionam-se com o facto de sermos país de origem e de acolhimento de migrações. Enquanto país de acolhimento as relações migratórias localizam-se nos grandes centros: Lisboa, Porto, Setúbal, Faro. Enquanto país de origem destacam-se as relações com a América e Europa, assumindo a França o papel de destaque. As geminações com Espanha assentam, em geral, em razões de proximidade geográfica e partilha de determinados problemas, como os da interioridade e isolamento, sendo uma forma de os tentar resolver ou minimizar (Afonso, 1998).

Em 1990 Portugal era o país da Europa com menos acordos de geminação, sendo que em 1997 aumentou muito o número de autarquias geminadas, bem como o número de acordos de geminação. Esta situação reflete o interesse dos municípios portugueses em estabelecer relações internacionais bem como o papel que começaram a atribuir à Cooperação Intermunicipal direccionando as suas relações para os Países em Vias de Desenvolvimento. A tendência é cada vez mais para o alargamento do domínio das ações de cooperação ao nível das áreas de intervenção municipal e de relações económicas, aproveitando as vantagens e potencialidades das empresas.

Na sua essência a Cooperação Intermunicipal é protagonizada pelos Municípios mas existem outros atores relevantes tais como as Associações de Municípios e a Associação Nacional de Municípios Portugueses. Por Associação de Municípios entendemos uma pessoa coletiva de direito público criada por dois ou mais municípios para a realização de interesses específicos comuns. A Lei n.º 172/99 de 21 de Setembro (alterada pela Lei n.º 30-C/2000 de 29 de dezembro) estabelece o regime jurídico das Associações de Municípios. De acordo com o estatuído no art. 1.º da referida Lei as Associações de

Municípios têm total liberdade para decidirem sobre o objeto da associação, da qual podem fazer parte municípios geograficamente descontínuos. Assim, podemos afirmar que o fim das Associações de Municípios é a realização das atribuições conferidas por lei aos municípios ou a realização de quaisquer interesses compreendidos nas atribuições destes. As associações de municípios atuam em áreas como o desenvolvimento económico, cultural e social, o planeamento territorial, o saneamento básico, educação e formação profissional, a organização e administração dos municípios, a gestão e proteção ambiental, tudo áreas para representação dos interesses dos municípios. De acordo com Oliveira a figura da associação de municípios já deu muito bons resultados e deve ser usada sempre que houver vantagens mútuas para os concelhos associados.

Em 22 de fevereiro de 1985 foi outorgada a escritura pública de criação da primeira entidade representativa dos municípios a nível nacional, a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP). A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do poder local e particularmente:

- A representação e defesa dos Municípios e das Freguesias perante os órgãos de soberania;
- A realização de estudos e projetos sobre assuntos relevantes do Poder Local;
- A criação e manutenção de serviços de consultadoria e assessoria técnico-jurídica a membros;
- O desenvolvimento de ações de informação dos eleitos locais e de formação e aperfeiçoamento profissional do pessoal da administração local;
- A troca de experiências e informações de natureza técnico-administrativa entre os seus membros;
- A representação dos seus membros perante as organizações nacionais ou internacionais.

Desde 1997 que tem assento na Comissão Interministerial para a Cooperação participando, dessa forma, na definição da política, no planeamento e coordenação de execução dos programas e projetos de cooperação para o desenvolvimento. Para efeitos de desenvolvimento da cooperação intermunicipal a ANMP desenvolve várias ações designadamente a realização de colóquios, seminários e encontros entre os autarcas

portugueses. Para Mário Soares o poder local encontra na Associação “o seu fórum privilegiado e plural de debate de ideias, confronto de opiniões, troca de experiências”. Dos vários congressos realizados destaca-se o XII Congresso Nacional da ANMP dedicado ao tema “Centralizar Portugal, Qualificar Portugal”, que demonstrou que a Associação é um organismo de representação e reivindicação bem como um parceiro ativo e responsável no que toca a refletir sobre as políticas de modernização de Portugal.

Em face do que foi explanado podemos concluir que o percurso da cooperação intermunicipal tem ido, ao longo dos tempos, no sentido da consolidação do seu exercício diversificando áreas de atuação e natureza das ações o que se traduz na implementação e prática generalizadas. Nas Nações Unidas as geminações foram consideradas um meio importante de cooperação entre os países pois permitem não só o contacto com os poderes locais bem como com as populações. A nível local os agentes principais deste envolvimento – os Municípios - têm autonomia no domínio da cooperação externa e pretende-se com este estudo verificar qual a dimensão deste tipo de cooperação no distrito de Vila Real, quais as principais áreas de atuação e o efetivo envolvimento e desenvolvimento deste fenómeno de cooperação. Pretende-se avaliar o que já foi feito e se foi ou não suficiente para promover o desenvolvimento local, ou seja, se os resultados correspondem aos objetivos inicialmente traçados/pretendidos.

1.2. Justificação da escolha do tema

Até ao momento ainda não foram efetuados estudos que avaliem a implementação e eficácia dos acordos de cooperação outorgados no distrito de Vila Real. Considerando que a cooperação descentralizada é definida como um novo enfoque das relações de cooperação que busca estabelecer relações diretas com os órgãos de representação local e estimular suas próprias capacidades de projetar e levar a cabo iniciativas de desenvolvimento com participação direta dos grupos de população interessados, levando em consideração seus interesses e seus pontos de vista sobre o desenvolvimento (Comissão Europeia apud Romero, 2004), será muito pertinente a análise num distrito do interior de Portugal.

Partindo da afirmação de que as geminações se traduzem em parcerias permanentes, tornadas oficiais mediante acordos outorgados entre as partes - dois (bilaterais) ou mais Municípios (multilaterais) - destinadas à promoção da troca de conhecimentos bem como de experiências envolvendo vários sectores da sociedade civil (Afonso, 1998) cumpre, num determinado momento, fazer a avaliação desses mesmos acordos.

2. Abordagem conceptual: Cooperação descentralizada e cooperação intermunicipal

2.1. Introdução

Tal como referem Afonso e Fernandes (2005), “Os atores da cooperação são entidades que se dedicam à promoção do desenvolvimento, ou seja, podem influenciar, financiar e implementar as políticas de cooperação que tenham por objetivo o desenvolvimento socioeconómico dos países, regiões e comunidades mais vulneráveis.”

A cooperação descentralizada é, de acordo com as mesmas autoras, “promovida por várias instituições internacionais e contribui para o reforço do tecido da sociedade civil, permitindo a existência de múltiplos atores no desenvolvimento, com capacidade de organização e gestão autónoma e reconhece outros atores de cooperação que não os estatais.”

Dessa forma, concluem que “num sentido restrito, a CD consiste na cooperação realizada por administrações estatais, mas não do poder central (ex.: câmaras municipais, regiões autónomas), o que permite o reconhecimento de “um maior protagonismo e responsabilidade dos atores da sociedade civil ...” Por outro lado a cooperação intermunicipal, uma forma da cooperação descentralizada, é promovida pelos e entre os municípios e, de acordo com Afonso e Fernandes na obra referida, “estabelece-se através de laços de parceria entre municípios dos Países Desenvolvidos e dos Países em Desenvolvimento, mediante uma relação de igualdade e reciprocidade. Existem vários exemplos de cooperação intermunicipal: os protocolos (para realização de projetos específicos ou para assessorias técnicas), as gemações (acordos que visam trocar conhecimentos e concretizar atividades, projetos ou programas, com uma perspetiva de médio e longo prazo) e, num nível mais avançado, as redes (para promover a troca de experiências) ”.

Mas quais serão os motivos que estarão na base da cooperação descentralizada? Parece-nos que a resposta a semelhante pergunta não é fácil, unívoca ou consensual. As motivações variam ao longo do tempo e em função dos atores envolvidos. De acordo com

Afonso e Fernandes (2005), “os motivos podem estar relacionados com a concretização de objetivos de desenvolvimento, no sentido de que os argumentos para iniciar a Cooperação para o Desenvolvimento provocam uma vontade de alcançar as metas estabelecidas, mas, do ponto de vista analítico, é possível separar os motivos e argumentos para a Ajuda ao Desenvolvimento dos objetivos de desenvolvimento. Para além dos objetivos de promoção do desenvolvimento, tem havido outros motivos como a segurança nacional, os interesses políticos, comerciais e/ou de investimento dos países doadores. Os motivos e argumentos não são necessariamente consistentes. O discurso oficial para fornecer ajuda pode colocar a tónica no altruísmo e a prática evidenciar considerações de segurança nacional, interesse comerciais ou de influência política.

“ ... A cooperação descentralizada reflete uma nova orientação do papel do Estado, da participação, do protagonismo dos beneficiários, e um maior apoio ao envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento. Tal determina que a Cooperação Descentralizada implique uma participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo e, entre outras considerações, a prioridade à capacitação institucional no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais...” (MNE, 2006). Tal como foi já referido anteriormente no processo de ligação e participação são determinantes os Municípios pois são eles que desenvolvem uma função ativa e preponderante no processo de desenvolvimento da cooperação intermunicipal.

Surgida no período pós II Guerra Mundial, a cooperação internacional assumiu uma preponderância central para os países do continente europeu que se encontravam profundamente fragilizados ao nível das suas estruturas políticas e económico-sociais, uma vez que “ (...) a maior parte dos países europeus defrontava-se com uma situação de destruição do aparelho produtivo e de grande dependência em relação aos Estados Unidos da América, único país desenvolvido a ter conhecido um extraordinário desenvolvimento industrial e tecnológico no decurso do conflito (...) “ (Rato, 1998).

Associado ainda ao desenvolvimento da Cooperação Intermunicipal, nas suas diversas formas/modalidades, estão os fundos de cooperação, cujo primeiro relatório apresentado em 2003 fazia referência a dados empíricos dos mesmos relativamente ao período 1999/2000. Desde então, e à semelhança do que já foi possível observar anteriormente, a cooperação descentralizada tem crescido de forma bastante significativa.

Por outro lado, as comunidades autónomas estão a procurar adquirir, cada vez mais, um quadro legislativo que seja passível de garantir uma cooperação (eficaz e coerente) para o desenvolvimento, reconhecendo, igualmente, o papel que os fundos exercem no domínio da cooperação como espaços de coordenação e reforço do seu próprio modelo de cooperação.

Nenhuma análise da cooperação intermunicipal e descentralizada estaria completa sem a análise das suas motivações e fatores que a determinam. Não é fácil identificar o fator que deu origem à geminação, pois podem ser apontados vários fatores como sejam o passado colonial, as relações internacionais entre os vários participantes e até mesmo a intervenção de terceiros.

Não é possível generalizar ou uniformizar, sendo que Afonso (1998) elenca as seguintes motivações: políticas, humanitárias, económicas, técnicas, interesses humanos, presença de minorias étnicas numa dada comunidade, proximidade geográfica, língua, cultura, semelhanças demográficas e laços históricos.

Tal como refere Dessotti (2009), a cooperação descentralizada é uma das formas de inserção internacional das cidades, em busca do desenvolvimento local, podendo mesmo vir a ser “uma forma de inserção mais competitiva na economia global” (IBID 2009). Assim, as geminações, sendo um campo aberto ao marketing territorial¹, podem ser entendidas como espaços favoráveis à promoção da cidade a níveis que vão do turístico ao económico, político e/ou cultural e que passam pela formação de parcerias, laços e contactos estratégicos suscetíveis de apoiarem e desenvolverem ações conjuntas de interesse local, numa partilha de objetivos e interesses das cidades face à globalização.

A cooperação é um eixo de ligação mas, mais do que desenvolver laços de amizade, a cooperação pretende a “troca de culturas” e, quase sempre, o benefício a nível económico. Embora a cooperação externa tenha tido a sua génese na Europa e, a nível local, com a geminação e a cooperação dos municípios europeus de vários países, “rapidamente se tornou numa prática comum em todo o mundo” (Costa, 2005).

Tal como refere Costa, muito embora o objetivo de cooperação seja primeiramente político e económico, saem também a ganhar as relações humanas, sociais e culturais.

1 - “O conceito de marketing territorial significa, naturalmente, um conjunto de ação de comunicação e de esforço dirigido para promoção exterior, por parte dos diferentes territórios locais e regionais” (Neto, 1996).

2.2. Análise da evolução histórica

A cooperação intermunicipal e descentralizada surgiu sob a forma de geminações entre cidades da Europa Ocidental nos anos 40 do século passado. Efetivamente, num contexto de enorme destruição física e humana decorrente da Segunda Guerra Mundial, vários municípios geminaram-se entre si tendo em consideração princípios de solidariedade e subsidiariedade. De acordo com Afonso (1998), “embora tendo sido um produto europeu, as geminações rapidamente se tornaram prática comum noutras partes do mundo, tendo subjacentes interesses diversos.”

Mais tarde, por volta da década de 70/80, as cidades europeias iniciaram os seus processos de geminação com municípios dos países em vias de desenvolvimento envolvendo uma diversificação de laços intermunicipais quanto ao destino e à sua natureza.

Segundo Afonso (1998), este movimento pode ser explicado pelos seguintes fatores: a rápida evolução das comunicações e dos sistemas de transportes; a crescente e rápida urbanização; a descentralização da administração pública; a reavaliação do papel do Estado, perspetivando-se a possibilidade do envolvimento e da apropriação pelas populações das estratégias de desenvolvimento (*bottom up*); a descentralização da cooperação para o desenvolvimento; a globalização e a localização; heterogeneidade, mobilidade e migrações – a globalização não conduz à uniformização; as mudanças em curso nos países em vias de desenvolvimento, em particular nos Africanos e a desintegração da URSS.

Em 1989, na Convenção de Lomé, foi introduzido o conceito de Cooperação Descentralizada, conforme proposta da União Europeia. De acordo com Alves (1996), o conceito reflete “uma nova orientação do papel do Estado, da participação e protagonismo dos beneficiários e um maior apoio ao envolvimento da sociedade civil no desenvolvimento”. E continua, “Os desafios da globalização e do combate à pobreza têm conseguido aproximar diferentes atores e as parcerias público-privadas são, cada vez mais, uma realidade.

A Cooperação Descentralizada é uma inovação da Convenção de Lomé IV (artigos 20-22) e consagra o reconhecimento dos atores não-governamentais enquanto parceiros da cooperação, marcando por isso uma etapa importante na evolução de uma cooperação quase exclusivamente organizada num modelo Estado a Estado, para uma cooperação mais

participativa.”

Esta forma de cooperação foi reforçada pelo Acordo de Cotonou: O Acordo de Cotonu tem como principais objetivos a redução da pobreza e, a prazo, a sua erradicação e a integração progressiva dos Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico (ACP) na economia mundial, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e baseia-se na igualdade dos parceiros e na apropriação das estratégias de desenvolvimento (<http://europa.eu>).

A ideia das geminações foi concebida com o objetivo de proteger a Europa de novas guerras fratricidas. O objetivo subjacente era unir as populações separadas até então por rivalidades nacionalistas que originaram ódio ao longo de séculos. Ao mesmo tempo que surge o movimento de geminações, são criadas na Europa instituições como a OCDE (1948), o “Pacto de Bruxelas” (1948) o “Conselho da Europa” (1949), a “Comunidade Europeia do Carvão e do Aço” (1951) e a Comunidade Económica Europeia (1957). Não só as cidades conhecem novas formas de contacto como os países europeus percebem que é necessário unir esforços no sentido da reconstrução e de conseguirem, pela união, maior protagonismo mundial.

Por outro lado, sente-se que há um esgotamento da lógica e dos princípios orientadores que presidiram ao surgimento da ideia de geminação, devendo este tipo de contactos entre as autarquias ser hoje enquadrado por princípios globais de cooperação e relacionamento perspetivado em linhas diversas de apoio e desenvolvimento urbano.

É possível admitir que os princípios orientadores básicos que levaram à criação das geminações nos anos 50 são hoje manifestamente insuficientes para a manutenção/ativação deste tipo de relações. Esta “dessensibilização” progressiva face aos factos históricos que inspiraram a criação das primeiras geminações no pós-guerra é acompanhada de ausência de ideias para projetos mobilizadores inovadores.

A atualidade das nossas cidades já não é marcada pela reconstrução europeia mas pelo princípio da competição e da concorrência, da cooperação e intercâmbio de conhecimentos. Neste contexto, em que as escalas intraestatais ganham maior visibilidade, a geminação pode ser utilizada como relação de aproximação e de contacto privilegiada para ações conjuntas de natureza mais pragmática no sentido de “parceria estratégica” de desenvolvimento face ao processo de globalização em curso.

Devido ao reforço dos poderes autárquicos abrem-se novas vias às geminações, o que pode significar novas oportunidades para desenvolver ações adaptadas a estas mudanças e suscetíveis de lhes dar um novo impulso. Trata-se de associar as cidades geminadas à análise de problemas que lhes são comuns através de intercâmbios de informação e de experiências com o objetivo de encontrar soluções conjuntas. Isto implica uma abordagem diferente do conceito de geminação mais orientado para operações de “saber-fazer”, principalmente no domínio socioeconómico: ordenamento do território e urbanismo, defesa do ambiente, formação profissional, integração de pessoas com deficiências, de imigrantes, prevenção da delinquência, utilização de novas tecnologias, promoção das atividades agrícolas, industriais e comerciais, luta contra o desemprego.

Nos dias de hoje a união das cidades através da geminação é, para além da busca de ideias identitárias e da celebração da paz, a procura efetiva de parcerias estratégicas de desenvolvimento. Desta forma, as “cidades irmãs” podem e devem ser tidas como “cidades parceiras” na promoção conjunta de projetos de intercâmbio não apenas cultural mas económico, educacional, de troca de experiência na gestão dos problemas urbanos, de apoio nas mais diversas causas numa lógica pragmática de gestão autárquica (Xavier, 2004).

2.3. Poder Local, parcerias e desenvolvimento

Analisando os conceitos e a evolução histórica de cooperação descentralizada e intermunicipal, não podemos dissociá-los de um outro conceito: desenvolvimento local. Isto porque, num mundo globalização, o desenvolvimento local surge quando os atores locais e extra-locais mudam a sua forma de relacionamento. De acordo com Albuquerque (1998), o desenvolvimento local traduz-se num processo de articulação, inserção e coordenação de iniciativas empresariais, individuais e associativas de cariz comunitário, urbano e rural. Surge, assim, como um fenómeno que evidencia os atores e as redes de cooperação.

De acordo com Melo (2003a), o desenvolvimento local não é apenas uma técnica de integração do território, de uma qualquer forma, numa economia globalizada. O desenvolvimento local torna-se um “projeto”, uma iniciativa de melhoria do presente e de construção de um futuro melhor para a maioria dos habitantes desse território, projeto esse

para o qual é fundamental uma intervenção multidimensional. A abordagem tem que envolver as diferentes intervenções setoriais numa estratégia que consiga mobilizar os atores sociais, económicos e políticos do território.

De acordo com o mesmo autor, e resumindo, “o desenvolvimento local só pode ser desenvolvimento sustentável: garantindo a sua continuidade e pertinência no tempo e no espaço, deixando-se apropriar pela população numa ótica de cidadania ativa de valorização dos recursos do território, fomentando a justiça e a coesão sociais, respeitando e promovendo os patrimónios cultural e natural”.

Para Amaro (2009), desenvolvimento local é sinónimo de Desenvolvimento Participativo, relevando aqui a participação das pessoas como eixo nuclear dos processos de desenvolvimento.

Neste sentido, a cooperação intermunicipal e descentralizada que é objecto desta dissertação pode constituir-se como um instrumento de desenvolvimento local, nomeadamente ao proporcionar novas formas de cooperação entre atores locais e externos ao território, como os órgãos de poder local, as empresas e as organizações da sociedade civil que intervêm nas múltiplas esferas de ação em que tal cooperação se pode manifestar.

3. Metodologia

O ponto de partida do nosso trabalho é o distrito de Vila Real. Situado na antiga província de Trás-os-Montes e Alto Douro é limitado a Norte por Espanha, a leste pelo distrito de Bragança, a Sul, pelo distrito de Viseu e a Oeste pelo distrito do Porto e compreende 14 concelhos para um total de 207.184 habitantes. O distrito ocupa uma área de 4 328 km² o que implica uma dispersão geográfica bastante grande com concelhos a distarem cerca de 80km entre si – Mondim de Basto e Chaves. Face a estas circunstâncias e para efeitos de seleção do universo de trabalho utilizámos a proposta PROT-Norte para efeitos de divisão do país em unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS). Dessa forma obtivemos três sub-regiões: Douro, Alto Trás-os-Montes e Tâmega.

Obtidas as sub-regiões foi possível reduzir o nosso universo de trabalho aos concelhos que se enquadram na NUT Douro e enviámos pedidos de entrevista aos municípios de Alijó, Mesão Frio, Peso da Régua, Sabrosa, Santa Marta de Penaguião e Vila Real. Não foi possível realizar a referida entrevista aos municípios de Vila Real e Peso da Régua, tendo os resultados apresentados no capítulo seguinte sido obtidos através de revisão bibliográfica ou consulta dos *sites* oficiais disponíveis. O município de Mesão Frio referiu que não tinha qualquer acordo de gemação ou cooperação, tendo os restantes municípios (Alijó, Sabrosa e Santa Marta de Penaguião) sido inquiridos através de entrevista realizada ao respetivo Presidente de Câmara.

Numa primeira fase, o propósito é aferir quais os acordos de cooperação celebrados, bem como o tipo de relacionamento existente entre os municípios. Além disso pretende-se verificar qual o acordo ou acordos de cooperação existentes, se são bilaterais ou multilaterais e qual a sua natureza: acordos de gemação, protocolos de cooperação ou protocolos de cooperação e amizade. Foi feito o levantamento da informação das ações de cooperação existentes bem como dos projetos em curso. Pretende-se igualmente conhecer as características dos acordos de gemação, nomeadamente as áreas de atuação e interesses, suas potencialidades e principais obstáculos ao seu desenvolvimento.

Numa segunda fase, a partir da informação obtida, selecionar um caso de estudo, ou seja, identificar uma situação concreta que traduza a análise e explicação das exposições

teóricas e conceitos associados e aplicar esses conceitos a uma situação prática, que traduza a vida real. Uma vez que a análise de um caso de estudo implica uma descrição que introduzirá o contexto pretendido com um nível de detalhe adequado ao caso em análise, começaremos por apresentar o panorama social e económico dos municípios envolvidos. Posteriormente, decorrente das entrevistas realizadas a atores envolvidos, pretende-se demonstrar se o/os acordo/s de cooperação são, ou não, um fator de desenvolvimento local, ou seja, o nosso objetivo é demonstrar se os acordos de cooperação contribuem ou não para o desenvolvimento local, atuando como um motor do mesmo.

De acordo com o que foi apresentado anteriormente, formulámos os seguintes objetivos para o nosso estudo:

- Aferir e caracterizar os acordos de cooperação existentes nos concelhos selecionados, a partir da informação disponível na bibliografia, bem como das entrevistas realizadas;
- Selecionar um caso de estudo e apresentar o panorama económico e social dos municípios envolvidos e
- Dos resultados obtidos na análise do caso de estudo, avaliar se os acordos de cooperação são um fator de desenvolvimento local.

4. Resultados e discussão

4.1. Caracterização dos concelhos selecionados, dentro do distrito de Vila Real, identificação e individualização dos acordos de cooperação

Com base nos inquéritos realizados bem como na bibliografia consultada, foi possível obter os seguintes resultados:

O concelho de Vila Real tem acordos de geminação com várias cidades:

- Osnabruck (Alemanha);
- Grasse (França);
- Ourense (Espanha);
- Oeiras (Portugal);
- Mende (França).

A 13 de Junho de 1989 foi assinado um protocolo de amizade entre Vila Real e Osnabruck sendo que o acordo de geminação só foi assinado a 20 de Julho de 2005, tendo sido ratificado por Osnabruck a 12 maio de 2006. Este acordo de geminação tem como principais áreas de cooperação a educação, cultura, proteção civil e desporto.

Grasse é tida como a capital do perfume. O acordo de geminação com Vila Real foi assinado a 30 de maio de 1985 e ratificado em Grasse no mesmo ano, a 21 de dezembro. Este acordo de geminação baseou-se em laços culturais e económicos e tem-se manifestado sobretudo ao nível do desporto e do turismo.

A 10 de Junho de 1982 foi assinado o acordo de geminação entre Vila Real e Ourense, sendo que as relações entre ambos os municípios se têm manifestado sobretudo ao nível dos intercâmbios culturais e do prémio de poesia da cidade de Ourense, aberto a todos os vila-realenses.

O acordo de geminação com Oeiras foi assinado em Oeiras a 7 de junho de 2000 e em Vila Real a 20 de Julho do mesmo ano, no âmbito do tricentenário do Marquês de Pombal e Conde de Oeiras.

O acordo de gemação com Mende foi assinado naquela cidade a 21 de agosto de 2004 e ratificado a 17 de Outubro do mesmo ano em Vila Real. O intercâmbio entre ambas as cidades surgiu devido à presença de uma comunidade portuguesa que habita em Mende e que é essencialmente originária de Vila Real (www.cm-vilareal.pt)

O concelho de Peso da Régua assinou o primeiro acordo de gemação com Marmande, naquela cidade francesa, no dia 15 de maio de 2005. A principal motivação é turística, tendo decorrido uma exposição nesse mesmo ano de 2005 (entre 14 e 22 de maio) em Marmande, onde a cidade do Peso da Régua se promoveu turisticamente bem como aos seus produtos regionais emblemáticos – vinho e rebuçados da régua (www.cm-pesoregua.pt).

Com base nas entrevistas realizadas, bem como nos protocolos estabelecidos, foi possível apurar que o concelho de Sabrosa tem dois acordos de gemação, um com Cadaujac, em França, celebrado em 28 de setembro de 1997, outro com Guetaria, Espanha, assinado em 25 de setembro de 1992, e um acordo de cooperação com Punta Arenas, no Chile. Em fase de concretização encontram-se os protocolos de cooperação com as Filipinas e Argentina.

A cooperação entre Sabrosa e os referidos municípios tem por base a componente económica podendo também incidir sobre outro tipo de motivação, designadamente a educação. Sabrosa pretende, aproveitando o Douro histórico, desenvolver ações de empreendedorismo e cooperação.

A relação entre Sabrosa e as Filipinas tem por base o projeto Fernão de Magalhães, que produziu já efeitos diretos: monumento de Magalhães à entrada de Sabrosa que foi oferecido pelas Filipinas, e cujo valor ultrapassa os 100 mil euros.

O concelho de Alijó tem três protocolos de amizade e cooperação, um com Carballino, em Espanha, outro com Ossining, nos Estados Unidos, e um último com Saurimo, Angola (em anexo).

O protocolo com Carballino foi assinado em 15 de Julho de 2005 e teve origem na Revidouro (Feira de Vinhos e Gastronomia) e traduz um intercâmbio essencialmente económico, que assenta em dois produtos: vinho e polvo.

O protocolo com Ossining foi assinado em 14 de Julho de 2007 e pretende facilitar o envolvimento das populações através da sua participação em projetos de desenvolvimento

local. Este protocolo teve origem num emigrante de Alijó que, quando regressou de Ossining, quis prestar uma homenagem à terra que o havia recebido. Depois de um primeiro contacto foi estabelecida a parceria institucional, tendo uma comunidade americana visitado a Revidouro. Este protocolo tem dimensão económica, social, cultural e recreativa e é considerado pelo município de Alijó como um “*upgrade* social e político”. Verifica-se um forte dinamismo e apoio à comunidade. Em Ossining são feitas recolhas de donativos para ajudar as causas sociais de Alijó e esta colabora com o envio de livros para o ensino da língua portuguesa naquele município.

Alijó tem ainda um protocolo de cooperação e amizade com Saurimo, Angola, assinado a 28 de maio de 2006. O protocolo assenta nos fortes laços de cooperação e amizade existentes entre os dois municípios e vontade de ambos desenvolverem as relações já existentes.

O concelho de Santa Marta de Penaguião tem dois acordos de gemação, um com Lembá, em S. Tomé e Príncipe e outro com Larçay, em França (em anexo). O primeiro acordo surge por solicitação dos munícipes e o segundo devido à existência de emigrantes de Santa Marta de Penaguião em Larçay. O acordo de gemação com Lembá foi assinado em 30 de agosto de 1999, em virtude de as partes reconhecerem a existência de vínculos e laços entre os munícipes que pretendiam desenvolver e reforçar, versando sobre determinados domínios, tais como:

- fomento desportivo;
- desenvolvimento económico;
- intercâmbio cultural;
- organização de serviços;
- comunidades migrantes;
- planeamento e urbanismo;
- infra-estruturas;
- saúde.

O financiamento e a coordenação dos vários projetos são fixados em programas específicos, devendo privilegiar-se a obtenção de apoios exteriores aos municípios. O objetivo será sempre a cooperação entre os dois municípios, procurando constituir-se um

todo coerente que se traduza em projetos bem identificados com uma coordenação municipal claramente definida.

A parceria tem-se desenvolvido essencialmente ao nível cultural e do ambiente. O município de Santa Marta de Penaguião já recebeu e deu formação a funcionários do estado de Lembá e tenta enviar material escolar com frequência, sendo que a distância física e o preço elevado do transporte inviabiliza uma maior regularidade deste apoio.

O acordo de gemação estabelecido entre Santa Marta de Penaguião e Larçay foi assinado em 16 de setembro de 2006 e pretende manter laços permanentes entre os dois municípios, favorecendo o intercâmbio entre os habitantes em todos os domínios através da compreensão mútua.

Este acordo de cooperação assenta nas afinidades culturais e económicas dos dois municípios. Larçay não é uma zona carenciada e as ações desenvolvidas têm sido ao nível do intercâmbio promocional de ambos

Muito embora exista uma certa dispersão das várias formas de cooperação, tal como se infere da Figura 1 de entre as formas de cooperação identificadas concluímos que a mais frequente é a gemação. Não foram observadas redes ou acordos de colaboração sendo que, para além da gemação, foram ainda observadas outras formas de cooperação tais como protocolos de cooperação, acordos de gemação e acordos de cooperação e amizade. A sua distribuição não é uniforme tal como constatamos da análise da Figura 1.

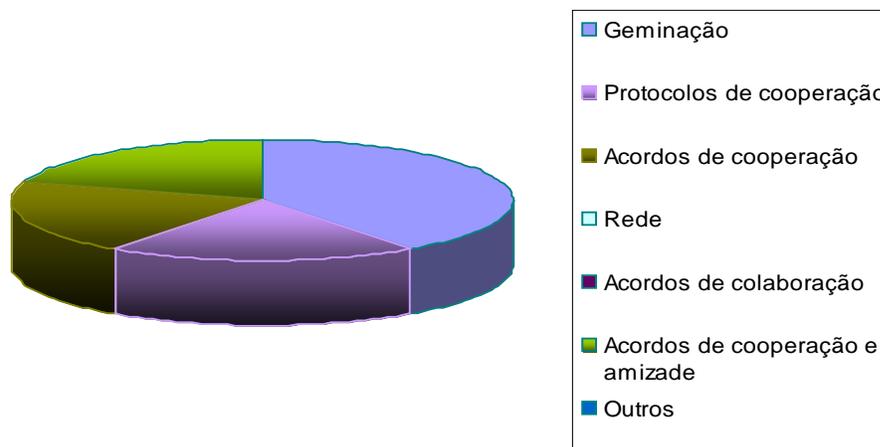


Figura 1 – Incidência das várias formas de cooperação.

Fonte: Análise feita pela autora no tratamento dos dados dos inquéritos

Da análise da mesma, observámos a existência de uma dispersão das respostas dadas o que se traduz igualmente numa falta de uniformização dos tipos de cooperação verificados nos vários municípios. Esta falta de uniformização é também a regra no que se refere às áreas de cooperação colmo se observa na Figura 2.

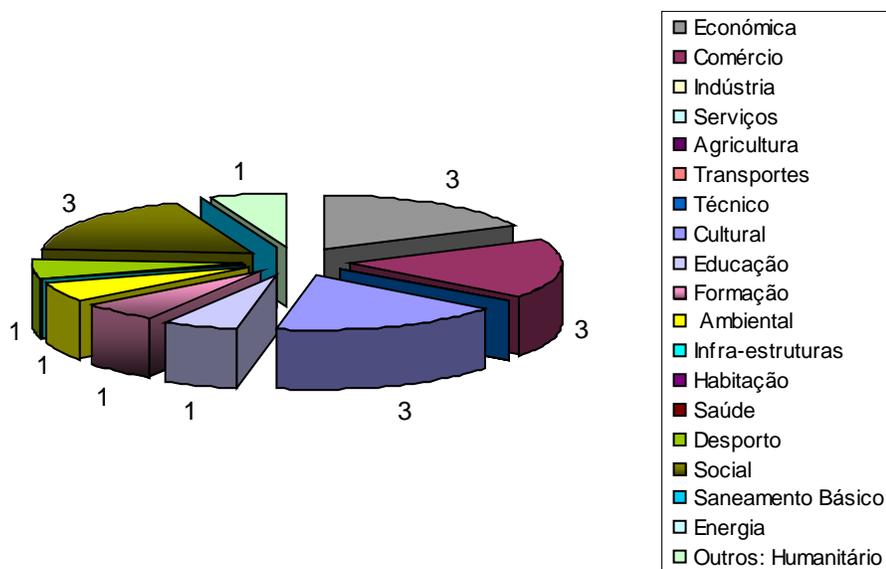


Figura 2 - Áreas de cooperação

Salientamos aqui o facto de 100% dos municípios entrevistados terem acordos na área económica, social e de comércio.

O município de Santa Marta de Penaguião tem um acordo de cooperação que incide numa área que não se encontrava elencada: a área humanitária.

Ao analisarmos as motivações subjacentes aos acordos de cooperação (Tabela1) constatamos que as principais motivações são: a económica, cultural e social. É também referida a motivação humanitária, sendo que a motivação histórica nunca foi referida.

Tabela 1 - Principais motivações.

Principais motivações	Alijó	Sabrosa	Sta Marta Penaguião
Económica	1	3	4
Histórica			
Cultural	2	1	2
Humanitária			3
Social	3	2	1
Outras			

Legenda: ordem decrescente das motivações 1 – mais importante; 5 – menos importante

Muito embora também aqui se verifique uma disparidade de resposta podemos concluir que a principal motivação é a cultural uma vez que é a mais importante para um dos municípios e a segunda mais importante para os restantes dois municípios.

Tabela 2 - Grau de satisfação relativamente às ações de cooperação.

Grau de satisfação	Muito bom	Bom	Indiferente	Indiferente	Razoável	Fraco	Nulo
Alijó	X						
Sabrosa		X					
Sta Marta Penaguião		X					

Como podemos constatar da análise da Tabela 2 todos os municípios inquiridos avaliam de forma positiva as ações de cooperação em que são atores. A avaliação foi feita pelas pessoas inquiridas – Presidentes das Câmaras Municipais – que também tiveram em consideração quais os aspetos que poderiam ser melhorados.

Relativamente a esta questão, todos os municípios referiram o problema do financiamento e da continuidade (não ser apenas para manter mas sim para alavancar o seu desenvolvimento). O município de Santa Marta de Penaguião referiu ainda que o acordo com S. Tomé poderia ser melhorado se houvesse mais condições económicas. Nessa circunstância Portugal poderia contribuir com a reparação de estradas e outras ações locais.

Já no que toca aos principais obstáculos à cooperação, foram identificados fatores económicos (fundos/financiamento, custo das viagens), a distância física entre os atores dos acordos. Relativamente aos obstáculos económicos e por se tratar de parcerias caras, o município de Alijó referiu que é por esse motivo que só decide avançar quando percebe que vai haver retorno do investimento. O lema é “trazer todos para a causa”.

Feita a descrição dos acordos de cooperação existentes no distrito de Vila Real decidimos selecionar o acordo de cooperação e amizade existente entre Alijó e Saurimo porque tem na sua base estruturas sólidas, é um acordo atual e tem potencial para um grande desenvolvimento pois conta com vários parceiros (para além dos próprios municípios, empresas e Universidades).

4.2. Um caso de estudo: Alijó - Saurimo, Angola

Tal como descrito na metodologia pretende-se, nesta fase do trabalho, apresentar a realidade económica e social dos municípios envolvidos no caso de estudo escolhido: protocolo de amizade e cooperação Alijó/Saurimo. Saurimo é uma cidade e município de Angola e a capital da província de Lunda-Sul, em Angola. Tem cerca de 199 mil habitantes.

Esta cidade era conhecida por Henrique de Carvalho durante a administração Portuguesa e era a capital de toda a Província da Lunda, que veio posteriormente a ser dividida entre Lunda Norte e Lunda Sul.



Figura 3 – Localização de Saurimo, Angola. Fonte: wikipédia.

4.2.1. Alijó

A ligação com Alijó

O protocolo de amizade e cooperação estabelecido entre Alijó e Saurimo ficou a dever-se à iniciativa de um empresário que emigrou para Angola há cerca de 30 anos. Dono de uma empresa manteve relações com Portugal e levou o executivo camarário de Alijó a visitar as festas tradicionais de Saurimo. Em resultado foi estabelecido um protocolo: Alijó forneceria livros para a biblioteca. Mais tarde e nessa sequência a UTAD firma também um protocolo desportivo e cultural.

O protocolo estabelecido entre os dois municípios é institucional, com componente desportiva, cultural e económica. As relações económicas em Portugal decorrem do facto de a empresa ter sede em Portugal e resultaram já num investimento no concelho, concretamente na Quinta da Foz, Pinhão. Efetivamente, têm surgido nos últimos anos alguns negócios que indiciam o interesse dos angolanos pelas vinhas durienses.

O maior negócio que se conhece ocorreu no ano passado, com a compra da Quinta da Foz, uma propriedade histórica do Douro por uma empresa angolana – Vinango. A empresa angolana assegurou a manutenção dos antigos funcionários tendo contratado um enólogo para efeitos de reestruturação das vinhas.

Desenvolvimento local

No âmbito do panorama social/demográfico e económico cumpre analisar a etimologia do conceito de desenvolvimento e as envolventes da questão.

Nessa medida poderemos afirmar que desenvolvimento local é um novo modo de promover desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir as suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se das vantagens locais (Franco, 1998).

Trata-se pois de uma dinâmica socioeconómica que é capaz de potenciar resultados em virtude de parcerias celebradas, bem como da convergência e integração de políticas e programas. O termo local não significa aqui pequeno ou oposto a nacional ou global mas adquire uma conotação de alvo socio territorial que é definido pelo próprio desenvolvimento local.

Para a apresentação dos resultados referentes ao desenvolvimento do município de Alijó foram medidos e comparados seis indicadores de desenvolvimento económico e social (INE, 2000):

- a) Desenvolvimento de Tipo Urbano;
- b) Dinamismo Demográfico;
- c) Especificidade Industrial;
- d) Produtividade;
- e) Especificidade Turística;
- f) Especificidade na Agricultura.

Apresenta-se ainda um Indicador Sintético de Desenvolvimento que combina estes seis indicadores, valorizando os aspetos que mais sobressaem em cada município.

a) Desenvolvimento de Tipo Urbano

Não podemos analisar o indicador desenvolvimento do tipo urbano sem perceber as implicações dos termos “urbanismo” e “ordenamento do território” que surgiram associados pela primeira vez na quarta revisão constitucional em 1997. Um aspeto importante desta revisão constitucional foi a “(...) inclusão das “Bases do ordenamento do território e do urbanismo” no catálogo das matérias de reserva relativa de competência legislativa da Assembleia da República” (Correia, 2004).

A Lei de Bases da Política do Ordenamento do Território e Urbanismo (LBOTU) surgiu em 1998 sendo que “a política do ordenamento do território e urbanismo define as ações fomentadas pela Administração Pública, que pretendem assegurar uma adequada organização e utilização do Território Nacional, tendo como finalidade o desenvolvimento

económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos” (Pinto, 2009).

b) Dinamismo demográfico

A análise da população é um elemento incontornável quando se pretende verificar a existência de um modelo de desenvolvimento integrado pois constitui o resultado da dinâmica de vários fatores: políticos, culturais, sociais e económicos.

A referida análise baseia-se nos seguintes indicadores: população residente, população presente, famílias, núcleos familiares residentes, alojamentos familiares, alojamentos coletivos e edifícios.

Tendo em consideração que o INE ainda só dispõe dos dados provisórios dos censos 2011 serão apresentados resultados que se basearam nesses mesmos resultados bem como nos resultados definitivos dos censos de 2001.

O município de Alijó apresentava em 2011 um total de 11942 habitantes. Localizado na NUT III Douro ocupa uma área de 297,5 km² e apresenta uma densidade populacional de 52,5hab./m² distribuída por 19 freguesias: Alijó, Amieiro, Carlão, Casal de Loivos, Castedo, Cotas, Favaios, Pegarinhos, Pinhão, Pópulo, Ribalonga, Sanfins do Douro, Santa Eugénia, São Mamede de Ribatua, Vale de Mendiz, Vila Chã, Vila Verde, Vilar de Maçada e Vilarinho de Cotas (Figura 4).



Figura 4 - Mapa do concelho de Alijó.

Análise da população residente e da população presente

Devemos entender por população residente o conjunto de pessoas que, independentemente de estarem presentes ou ausentes num determinado alojamento no momento de observação, viveram no seu local de residência habitual por um período contínuo de, pelo menos, 12 meses anteriores ao momento de observação, ou que chegaram ao seu local de residência habitual durante o período correspondente aos 12 meses anteriores ao momento de observação, com a intenção de aí permanecer por um período mínimo de um ano.

Por população presente entende-se o conjunto de pessoas que, no momento de observação - zero horas do dia de referência - se encontram numa unidade de alojamento, mesmo que aí não residam, ou que, mesmo não estando presentes, lá chegam até às 12 horas desse dia (INE 2011).

Na Figura 5 apresentamos o estudo comparativo entre a população presente e residente no concelho de Alijó entre 2001 e 2011.

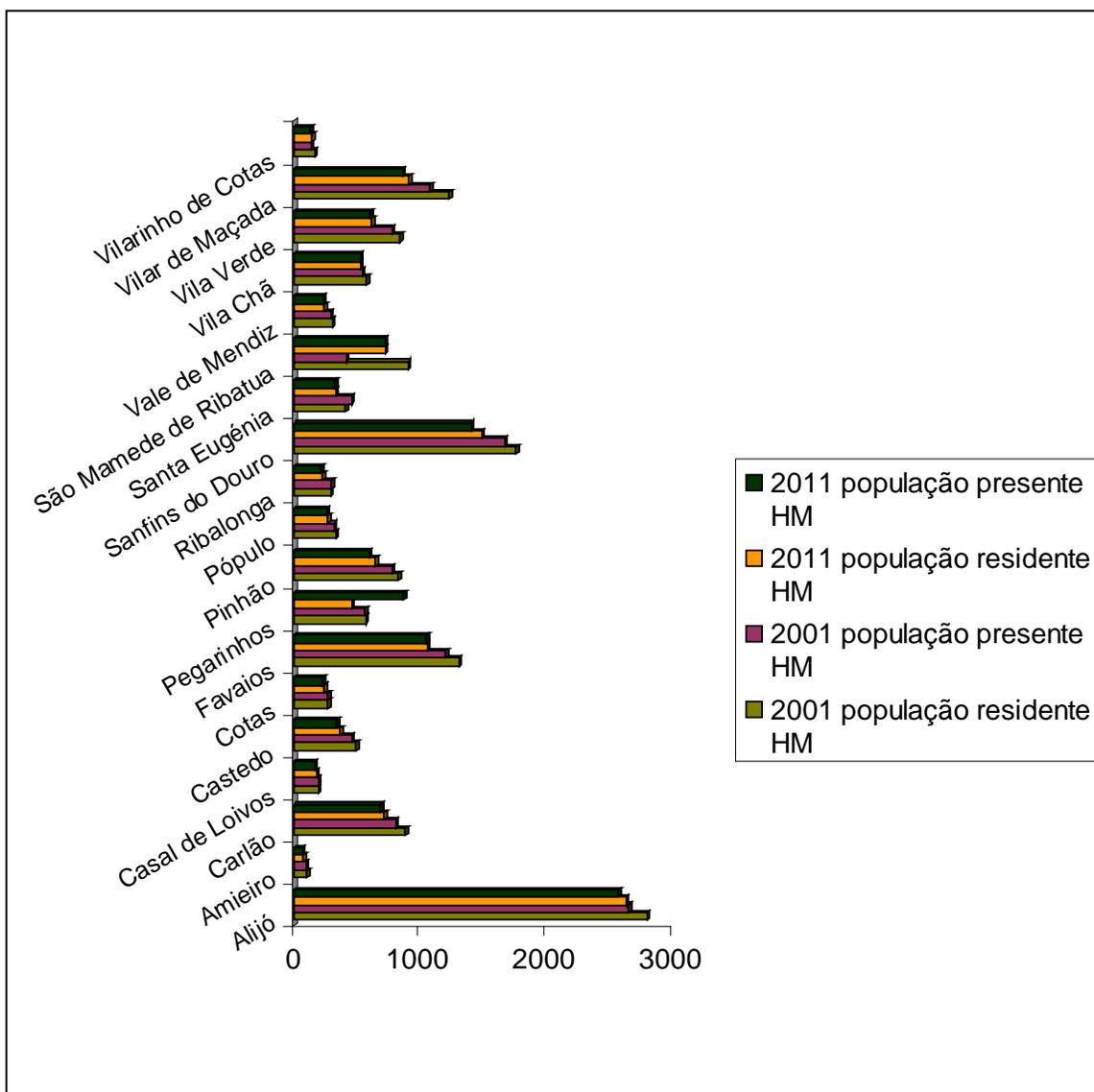


Figura 5 - Comparação entre população presente e população residente.

Da análise da população do concelho de Alijó verificamos que Alijó é a freguesia com mais população residente e presente logo seguida de Sanfins do Douro, Favaios e Vilar de Maçada.

Na Figura 6 analisámos a evolução das famílias clássicas de 2001 a 2011 tendo verificado que muito embora o número de famílias seja mais elevado em 2011 o padrão de evolução em todas as freguesias permanece idêntico.

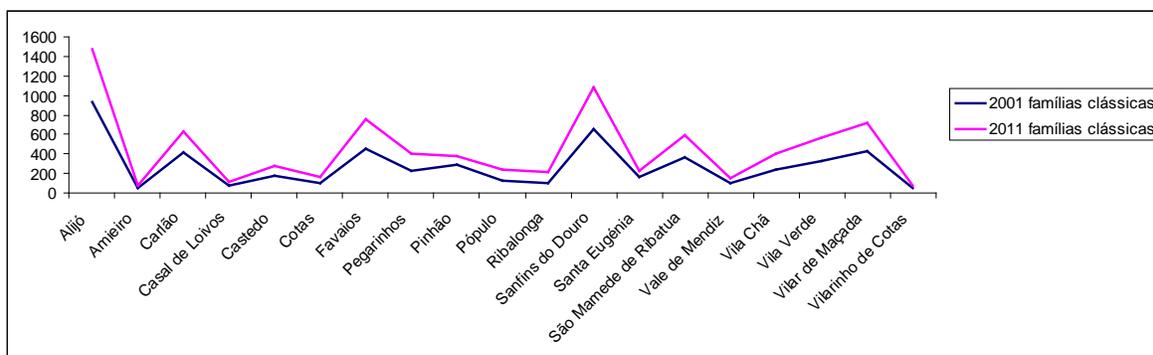


Figura 6 - Evolução das famílias clássicas.

Para a análise dos indicadores de desenvolvimento constantes das alíneas b) a e) utilizámos o diagnóstico social publicado pela Câmara Municipal de Alijó em 2010.

c) Especificidade industrial

Uma vez que o concelho de Alijó está pouco industrializado é pouca a sua relevância a nível da atividade económica, tendo apenas algum significado a nível do emprego, mais concretamente autoemprego.

O polo industrial mas próximo situa-se no concelho de Vila Real sendo que também aí não se destacam indústrias de grande dimensão.

O concelho é caracterizado por pequenas empresas de produção, com poucos trabalhadores e essencialmente de índole familiar. As indústrias presentes são sobretudo: carpintaria, construção civil, panificação, serralharia e mecânica.

Para que o panorama industrial possa melhorar urge diversificar e intensificar o setor o que poderá passar por:

- Aproveitar as oportunidades decorrentes dos processos de deslocalização industrial, atraindo a indústria transformadora e outras atividades industriais que conduzam ao aumento do valor acrescentado do concelho neste setor de atividade.
- Aproveitar as oportunidades decorrentes da localização geográfica do concelho e diminuir a sua marginalidade.

- Promover parcerias de base territorial (escolas, autarquia, organizações socioprofissionais) capazes de implementar e intensificar a especialização industrial da região.

O concelho de Alijó é um espaço essencialmente rural, onde as atividades inseridas no sector secundário são pouco expressivas, sobretudo na zona norte do concelho. Os sectores dos serviços comerciais e, em menor escala, do turismo são, para além das atividades primárias, as áreas de atividade económica que conseguem alguma expressão no concelho. Todos os ramos de atividade recebem, em termos de criação de riqueza e emprego, um contributo modesto do concelho, com exceção do sector primário, e atualmente com alguma proeminência o sector da indústria de bebidas. Por outro lado, se a estrutura industrial do concelho evidencia uma grande dependência dos sectores ditos tradicionais apresenta maior preponderância de fileiras ligadas aos ramos alimentares (onde se destaca o peso das indústrias ligadas ao vinho, das madeiras, agroindustrial e das indústrias não metálicas).

O modelo de especialização industrial do concelho pode ser caracterizado da seguinte forma:

- Fragilidade económica e marginalidade na localização de atividades;
- Maior dependência das atividades primárias (agricultura, pecuária, floresta e granito);
- Importância decisiva da indústria de construção.

d) e f) Produtividade e Especificidade na Agricultura

O concelho de Alijó é predominantemente agrícola. Coexistem dois sistemas principais de produção: um dirigido à produção de vinho de qualidade, Vinho Generoso – o famoso Vinho do Porto, com capacidade e viabilidade económica e que alberga grande parte da mão-de-obra do concelho, este tipo de produção está vocacionada para o mercado. Apesar da produção vinícola ser o sustento da larga maioria da população a verdade é que esta produção é feita de forma minifundiária, apenas visa a sobrevivência e não propriamente o lucro. Hoje em dia na Região do Douro verificam-se duas componentes

diferentes de agricultura, por um lado temos o pequeno agricultor com uma produção anual baixa e por outro temos as grandes empresas vitivinícolas cuja produção ascende a milhões de litros e que prevê o lucro.

Atualmente existe ainda no concelho uma boa franja da população, nomeadamente a mais idosa, que apenas sobrevive com o que cultiva em pequenas propriedades onde produzem de quase tudo, desde os vegetais, cereais frutos, vinho e lenha.

e) Especificidade Turística

O turismo é um sector em forte expansão no concelho e na região beneficiando do facto de o Douro ser cada vez mais um lugar de eleição para visitar e para descobrir para portugueses e estrangeiros. É com certeza o sector que mais se tem desenvolvido e contribuído para o aumento económico da região, quer pela entrada de divisas quer pelos postos de trabalho que tem criado.

São vários os empreendimentos turísticos de destaque no concelho de Alijó:

- Hotel Vintage House
- Pousada Barão Forrester
- Quinta da Romaneira
- Casa de Turismo Rural de Casal de Loivos
- Hotel Rural Quinta do Silval
- Quinta do Passadouro
- Pousada da Juventude
- Quinta da Avessada (enoturismo)

Para além dos referidos empreendimentos existem outros, ainda que de menor envergadura, como residenciais e pequenos Hotéis que contribuem em muito para o desenvolvimento da região.

De muita relevância também são os barcos hotéis que fazem cruzeiros no Douro durante o mês de Maio até Outubro provenientes do Porto e ainda, as pequenas empresas sediadas nas zonas ribeirinhas do Douro que vão fazendo pequenos passeios turísticos ao longo de todo ao ano.

Uma vez que o concelho de Alijó se encontra inserido na Região Demarcada do Douro - Património Mundial da Humanidade - o turismo tem um peso significativo na atividade económica e social desta região, que se revela no número de estruturas voltadas para as áreas de Turismo Rural e Turismo de Habitação bem como outros empreendimentos e investimentos que começam a surgir, como passeios de barco no Douro ou programas de visitas guiadas a quintas locais.

De facto, o Rio Douro concentra parte significativa da capacidade de alojamento, dormidas e emprego turístico dentro do concelho. O número de agentes envolvidos nesta atividade tem aumentado em número e em importância económica, existindo hoje projetos de investimento por parte de alguns grupos económicos externos à região, como foi o caso do hotel Vintage House situado na vila do Pinhão, fruto de investimento estrangeiro e da Quinta da Romaneira.

A rota do vinho do Porto apresenta-se como o mais dinâmico em termos de capacidade de alojamento. Como é exemplo a tentativa de recuperação de algumas quintas com o objetivo do Turismo de Habitação e Turismo Rural e já conseguido em alguns casos - Quinta do Passadouro e da Quinta do Silval.

O pico de maior afluência de turistas ao concelho de Alijó acontece entre os meses de Agosto e Outubro devido, essencialmente, ao facto de o principal mês de férias dos portugueses e emigrantes ser o mês de Agosto e o facto de, sendo esta uma região vitivinícola, a procura crescer muito nos meses de setembro e outubro devido à época de vindimas no Douro (Diagnóstico Social Alijó, 2010).

O Índice Sintético de Desenvolvimento Regional (ISDR) baseia-se num modelo conceptual que privilegia uma visão multidimensional do desenvolvimento regional, estruturando-o em três componentes: competitividade, coesão e qualidade ambiental (INE, 2012).

Desta forma apresentamos na Figura 7 o índice sintético de desenvolvimento disponibilizado pelo Observatório de Desenvolvimento Social que apresenta os dados comparativos entre 2004 e 2006.

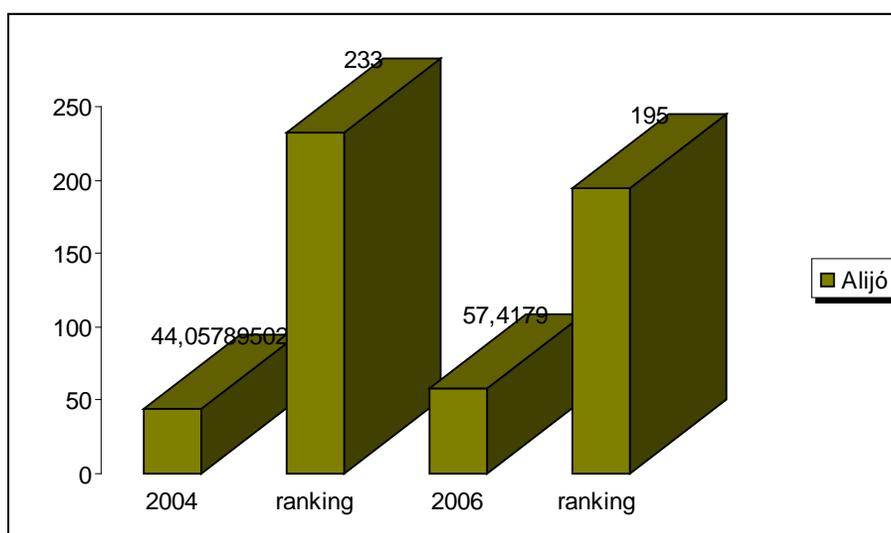


Figura 7 – Índice sintético de desenvolvimento – comparação 2004/2006.

4.2.2. Saurimo – Capital da província de Lunda Sul

Caracterização Física

A Província da Lunda Sul está localizada na região Leste de Angola, tendo como limites geográficos a Norte, a Província da Lunda Norte; ao Oeste as Províncias de Malange, Lunda Norte e Bié; a Sul a Província do Moxico e a Este a República Democrática do Congo. Tem uma superfície de 77.637 km² e está dividida em 4 municípios e 10 comunas (Tabela 6).

Tabela 3 - Distribuição dos Municípios e Comunas.

Municípios	Comunas
Cacolo	Alto Chicapa Xassengue Cucumbi
Dala	Cazage Luma Cassai
Muconda	Muriege Chiluage Cassai Sul
Saurimo	Mona-Quimbundo Sombo

Caracterização demográfica

A população da província é, maioritariamente, constituída pela etnia Cokwe, de origem Bantu, assim como os Lunda, os Minungo, os Xinge e Bangala, distribuída pelos quatro municípios estimando-se o seu número nos 400000 habitantes e uma densidade populacional de 5,1 habitantes/ km².

Tabela 4 - Distribuição da população por municípios.

Municípios	Comunas	População
Saurimo	Mona-Quimbundo e Sombo	151.571
Cacolo	Alto-Chicapa, Xassengue e Cucumbi	78.871
Dala	Cazage e Luma-Cassai	76.038
Muconda	Muriége, Chiluanze e Cassai-Sul	93.520

Fonte: <http://www.gmat.gov.ao>

Existem, na Província de Lunda Sul 12 Reservas Fundiárias sendo duas para o desenvolvimento do polo industrial e as restantes para projetos habitacionais.

Saurimo foi fundada pelo português Henrique de Carvalho e ascendeu à categoria de cidade por força do diploma legislativo 2756, de 28 de Maio de 1956 não tendo, no entanto, alcançado desenvolvimento notável nos anos subsequentes. Atualmente existem ruas abertas e pavimentadas, alguns edifícios construídos, residências singulares e estabelecimentos comerciais. Saurimo é hoje uma cidade limpa que dispõe de contentores para a deposição de lixos e de uma empresa de recolha dos mesmos.

Ao nível da Educação estima-se que cerca de 65% do total a população, cerca de 260000 pessoas, em condições de frequentar os vários níveis de ensino sendo que apenas 30000 pessoas, ou seja, 7,5% se encontrem inseridos no sistema de ensino estando cerca de 230000 – 57,5% fora do mesmo como demonstra a tabela infra.

Tabela 5 - Enquadramento da população em idade escolar.

N/0	Nome do município	N.º de alunos matriculados	N.º de alunos a estudar
01	Saurimo	21.467	21.467
02	Cacolo	1.123	1.123
03	Dala	1.599	1.599
04	Muconda	2.528	2.528
		26.717	26.717

Fonte: www.mat.gv.ao

O corpo docente existente – cerca de 1010 professores - é manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades de ensino na província pelo que existe a necessidade permanente de uma atualização psicopedagógica e académica dos professores bem como a contratação de novos.

No campo da saúde a situação é ainda bastante complicada devido à falta ou insuficiência de medicamentos, materiais, meios humanos e técnicos.

Existem na cidade de Saurimo 18 médicos especialistas em várias áreas sendo 5 angolanos e os restantes estrangeiros. Na província existe um técnico de diagnóstico e 351 enfermeiros sendo que 7 se encontram no município de Dala, 22 no município de Cacolo, 32 no município de Muconda e 290 em Saurimo.

A rede hospitalar da província é constituída por hospitais, sendo 1 hospital provincial na cidade de Saurimo, três hospitais municipais, 4 centros de saúde e 15 postos de saúde. Devido ao facto de estas infraestruturas se encontrarem parcial ou totalmente destruídas, o sistema de saúde estatal funciona apenas com três hospitais e dois centros de saúde. De salientar que estão em funcionamento 17 postos de saúde pertencentes à Organizações Não-Governamentais.

O protocolo de amizade e cooperação outorgado entre Alijó e Saurimo teve um forte impulso com um outro protocolo de cooperação dele decorrente: o protocolo de cooperação entre a Universidade de Trás os Montes e Alto Douro e o Governo Provincial de Lunda Sul.

Assinado em março de 2007, o referido protocolo previa a cooperação nas áreas das atividades físicas e do desporto como meio de promoção da saúde e bem-estar. Previa ainda o desenvolvimento de programas de formação, projetos de investigação, de difusão científica e desenvolvimento de centros de prática pedagógica e centros de treino desportivo. A promoção da investigação bem como a mobilidade de professores da UTAD para Angola e de alunos angolanos para Vila Real eram aspetos também contemplados no protocolo assinado.

Baseado na importância das atividades físicas e do desporto o protocolo tem por objetivos a cooperação no desenvolvimento de programas de formação, de investigação, de obras de difusão e de centros de prática pedagógica no âmbito das atividades físicas e do desporto.

Colateral e decorrente deste protocolo surge o projeto “Um livro para Angola”. A ideia do projeto foi obter livros em Portugal para que fossem entregues em Saurimo. Determinantes para este projeto foram a Câmara Municipal de Alijó, A UTAD, o Grupo 7 Cunhas, os CTT e diversas figuras públicas.

O projeto decorreu em duas fases e culminou no dia 22 de novembro com a entrega da totalidade dos livros, depois de ter havido uma entrega simbólica pelo Prof. Vítor Monteiro.

Num primeiro momento foi necessário “preparar o terreno” em Angola. Dotar os espaços de estruturas e dar formação às pessoas. Em regime de voluntariado estiveram em Saurimo uma funcionária e uma aluna da UTAD durante dois meses e meio.

A primeira ação do projeto foi a recolha de livros a nível nacional (continente e ilhas) que terminou em fevereiro de 2011 e que alcançou o resultado de 100.000 livros recolhidos. Os livros foram posteriormente entregues na UTAD onde uma equipa de voluntários os separou e encaixotou por áreas. Foram depois entregues no grupo 7 Cunhas que tratou do transporte para Angola em junho/julho desse ano.

Entretanto os elementos da equipa que se encontrava em Saurimo catalogavam os livros entregues e davam formação. Criaram *kits* de livros (organizados por anos e por áreas) para distribuir pelas escolas para formarem bibliotecas escolares. Deram formação aos professores que tomarão conta das bibliotecas escolares.

Para efeitos de aferição das envolventes do projeto, suas características e motores de desenvolvimento foram entrevistadas duas pessoas muito ligadas ao projeto - a D. Áurea Espinha – funcionária da UTAD que esteve em Saurimo em regime de voluntariado e o Sr. António Cunha, presidente do Grupo 7 Cunhas.

A primeira referiu que Saurimo não é uma cidade muito evoluída mas está hoje muito mais limpa. “Parece de facto estar em desenvolvimento”. Havia ido a Angola em dezembro de 2011 e notou uma grande diferença relativamente a agosto de 2012, nomeadamente nas áreas da construção civil, do comércio e indústria. Acredita que se o protocolo for efetivamente cumprido vai significar um ainda maior desenvolvimento local.

Segundo a mesma houve já um grande desenvolvimento a nível educacional pois as pessoas hoje já estão sensibilizadas para o livro e para a biblioteca e dispõem hoje de um número muito maior de manuais escolares.

A nível do desporto também se notam melhorias pois já houve professores de desporto da UTAD que estiveram lá a dar formação.

Referiu que os angolanos têm consciência do protocolo, do que envolve e estão satisfeitos pois acreditam que é um fator de desenvolvimento.

Relativamente aos aspetos a melhorar e obstáculos ao protocolo referiu a continuidade do protocolo noutras áreas (medicina e educação básica são áreas muito carenciadas) e as dificuldades económicas. O facto de Portugal estar a atravessar uma crise económica poderá ser muito limitativo.

O Grupo 7 Cunhas é, atualmente, uma importante referência no território Angolano, mormente na Província de Lunda Sul.

Ao grande conhecimento do mercado angolano o Grupo alia a experiência que detém na construção civil o que permitiu a implementação em Angola e o desenvolvimento da sua atividade bem como ter ganho, em 2006 e 2007, o prémio de uma das melhores empresas a laborar na Província de Lunda Sul, atribuído pelo governo local.

Em relação ao protocolo de cooperação entre Saurimo e a UTAD o presidente do Grupo 7 Cunhas, António Cunha, referiu que o acordo está implementado sendo que poderia estar mais desenvolvido se houvesse efetiva troca de experiências. Segundo o mesmo a Câmara Municipal podia investir em formação mandando jovens para Saurimo para que tivessem formação lá. Ao mesmo tempo, jovens de Saurimo poderiam vir para

Portugal receber formação, na própria Câmara Municipal, em matérias como gestão autárquica, gestão da água, gestão da eletricidade, de obras, de licenças.

Para já tem havido boas intenções mas pouca atividade. Os aspetos que mais se encontra desenvolvido entre Saurimo e Alijó são efetivas relações de amizade.

Em matéria económica aparece como referência a Revidouro. A província de Lunda sul já se representou em Alijó sendo que Alijó tem também prometida uma participação numa feira em Lunda Sul, Saurimo.

Relativamente ao projeto Um livro para Angola o presidente do Grupo 7 Cunhas referiu que houve já um colóquio em Lunda Sul promovido pela Universidade tendo também sido já ministrada formação em várias áreas e sido vários os trabalhos desenvolvidos. É um bom projeto que envolveu muitos voluntários e que culminou no dia 22 de novembro com a entrega dos 100000 livros a instituições angolanas.

No que concerne a investimentos angolanos decorrentes do programa António Cunha referiu que há vontade e contactos angolanos para efeitos de investimentos. Numa primeira fase Portugal tem levado mão-de-obra e conhecimentos para Angola. São já várias as pessoas de Alijó que atualmente trabalham nas três províncias do leste de Angola.

Quanto ao conhecimento e motivação para o projeto referiu o mesmo que os angolanos têm conhecimento do projeto e têm vontade de o dinamizar, o mesmo acontecendo, aliás, relativamente aos portugueses envolvidos. Tudo se poderá resumir a “paixão de parte a parte”.

Acreditando que muito mais poderia ser feito desde que houvesse muita vontade, acha que a relação entre Alijó, o Douro e Saurimo pode ser muito mais desenvolvida pois os caminhos estão abertos.

No âmbito ainda do desenvolvimento do protocolo referiu a existência de novos projetos a nível de empresas particulares nas áreas sociais mais carenciadas de Angola. Questionado relativamente aos obstáculos que tem sentido enquanto ator deste projeto referiu que nunca sentiu algum relativamente à implementação do projeto. A tal paixão movimenta-o e dinamiza-o. Angola é uma paixão e não tem que ser vista como um país estrangeiro.

Angola é, atualmente, um país com uma história de cerca de 10 anos de pós-guerra. Trata-se de um país com um grande potencial, mas ainda com muito por fazer,

designadamente me áreas primárias, como o saneamento, a educação nas suas várias componentes, nomeadamente a educação sexual, como forma de controlo da natalidade e de transmissão de doenças. Denota-se que o povo angolano está recetivo e ansioso por aprender e apreender novas matérias e explorar novas áreas.

O protocolo existente entre Alijó e Saurimo e, conexas e paralelamente, entre Saurimo e a UTAD tem dado já alguns frutos ao nível da educação/formação e ao nível de infraestruturas. Mas é necessário fazer mais, o que será possível aproveitando a vontade existente e mobilizando ativos para o projeto. Tal como referiu António Cunha, o presidente do Grupo 7 Cunhas, será necessário avaliar e, eventualmente, redirecionar o sentido dos projetos em curso pois, ainda que com escassez de recursos económicos, poderá ser possível fazer muito mais. Será necessário definir áreas estratégicas de intervenção (saúde, educação/formação) e a partir das relações e condições já existentes implementar novos caminhos e alavancar o desenvolvimento local de ambos os municípios envolvidos e, quem sabe, trazer novos parceiros para o protocolo.

A realização de cursos ou ações de formação, aproveitando os conhecimentos e experiência dos profissionais portugueses e a vontade de aprendizagem dos angolanos pode ser uma forma de incentivar o desenvolvimento almejado. Em suma, haverá que motivar, envolver, alinhar e empreender os esforços necessários para reforçar as relações já existentes num espaço privilegiado (a lusofonia) para assim tornar o acordo de cooperação um efetivo e real fator de desenvolvimento local.



5. Conclusões

A temática da cooperação surge inicialmente ligada ao Estado, sendo que só nos anos 90 começou a ser descentralizada. Começaram então a aparecer os acordos e as relações entre os Municípios e/ou regiões de diferentes países. Pela sua importância a nível local e mundial a cooperação descentralizada contempla um amplo leque de fatores, diferentes formas de atuação, de estratégias e de formas contratuais, destacando-se de entre eles, a participação ativa dos diversos agentes em todas as fases do processo. O Estado assume, na cooperação descentralizada, um novo papel na sua participação, no protagonismo dos beneficiários e no maior apoio ao desenvolvimento do envolvimento da sociedade civil. Assim a cooperação descentralizada implica uma participação ativa, em todas as fases do processo, dos diversos agentes, de onde se destaca a capacitação institucional no sentido de incentivar a autonomia e a sustentabilidade das dinâmicas locais.

Uma vez que ainda não tinham sido efetuados estudos que avaliassem a implementação e eficácia dos acordos de cooperação outorgados no distrito de Vila Real, foi realizado o presente trabalho. Sendo a cooperação descentralizada definida como um novo enfoque das relações de cooperação, que busca estabelecer relações diretas com os órgãos de representação local e estimular suas próprias capacidades de projetar e levar a cabo iniciativas de desenvolvimento com participação direta dos grupos de população interessados, levando em consideração seus interesses e seus pontos de vista sobre o desenvolvimento, será muito pertinente a análise num distrito do interior de Portugal.

Foi feita uma análise exploratória centrada em seis municípios do distrito de Vila Real. Numa primeira fase, através de entrevistas realizadas aos presidentes dos municípios para aferir quais os acordos celebrados, sua características e o tipo de relacionamento existente entre os municípios. Depois disso, recorrendo a um estudo de caso, ou seja, a uma situação concreta que traduz a análise e explicação de conceitos e exposições teóricas aplicadas a uma situação da vida real, envolvendo os municípios de Alijó, em Vila Real, e Saurimo, em Angola.

Da análise efetuada à bibliografia e às entrevistas realizadas, constatou-se a existência de diversas formas de cooperação nos concelhos estudados, sendo no entanto a mais frequente o acordo de gemação.

Nas áreas de cooperação verificou-se uma falta de uniformização de resultados, embora todos os municípios entrevistados tenham acordos na área económica, social e de comércio.

No que respeita às motivações dos acordos existentes, foi possível concluir que a principal motivação é cultural, uma vez que todos os municípios entrevistados a referiram como mais importante ou segunda mais importante.

Relativamente aos obstáculos à cooperação, foram identificados fatores económicos, designadamente o financiamento às ações de cooperação previstas nos acordos, a distância física entre municípios e o custo das viagens.

Quanto à avaliação dos acordos de cooperação, todos os municípios entrevistados os avaliaram de forma positiva ou muito positiva.

O acordo entre Alijó e Saurimo foi selecionado em virtude de ser um acordo atual e ter potencial para um grande desenvolvimento, pois conta com vários parceiros. De acordo com a informação recolhida nas entrevistas realizadas é possível concluir que tanto o povo angolano como o português têm consciência do protocolo, do que o mesmo envolve e estão satisfeitos, pois acreditam que é um fator de desenvolvimento. Prova disso são os investimentos no Pinhão e Alijó que se traduziram na aquisição de empresas, dotação de infraestruturas e criação ou manutenção de postos de trabalho.

Os resultados obtidos vão no mesmo sentido da evolução histórica da cooperação intermunicipal e descentralizada. Trata-se de uma realidade recente no quadro histórico, político e legal. Não obstante a tendência é hoje, cada vez mais, no sentido do alargamento das ações de cooperação ao nível das áreas de intervenção municipal e de relações económicas, aproveitando as vantagens e potencialidades das empresas. De facto, em face do que foi explanado podemos concluir que o percurso da cooperação intermunicipal tem ido, ao longo dos tempos, no sentido da consolidação do seu exercício diversificando áreas de atuação e natureza das ações o que se traduz na implementação e prática generalizadas.

Será, no entanto, necessário avaliar e redirecionar o sentido dos projetos em curso para fazer ainda mais com os recursos económicos disponíveis. Cumprirá ainda definir estrategicamente áreas de intervenção tais como a saúde e a educação/formação, para, a partir das relações e condições existentes, criar novos caminhos e contribuir para o desenvolvimento local de ambos os municípios envolvidos.

Atualmente a gestão dos acordos é municipal, ou seja, são os municípios quem estabelece, gere e dinamiza os acordos de cooperação. Partindo do pressuposto de que, no futuro, serão cada vez mais os atores envolvidos nos acordos de cooperação, poderá eventualmente a gestão dos referidos acordos ficar a cargo de outros atores, que não os municípios. De facto, uma universidade, uma instituição, um consórcio poderá muito bem, para além de dinamizar o acordo de cooperação, fazer a respetiva gestão e monitorização.

Não podemos terminar este trabalho sem fazer referência às dificuldades sentidas no desenrolar do mesmo. Desde logo, dado o seu carácter exploratório, não foi tarefa fácil obter bibliografia referente à temática em Portugal. Por outro lado acresceram dificuldades em envolver os municípios na temática, não tendo sido possível realizar a totalidade das entrevistas previstas, não obstante as inúmeras diligências encetadas. Na segunda fase do trabalho também não foi possível entrevistar alguns atores do acordo de cooperação, designadamente, no projeto “Um livro para Angola”.

Futuramente seria pertinente reavaliar o objeto do presente estudo para perceber quais as alterações ocorridas, nomeadamente a nível dos atores envolvidos, verificando se ocorreu a evolução para uma verdadeira e efetiva cooperação em rede.

Referências Bibliográficas

Afonso, Maria Manuela (1996): Cooperação para o desenvolvimento. Características, evolução e perspectivas futuras, Lisboa, CIDAC.

Afonso, Maria Manuela e Fernandes, Ana Paula (2005): Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento, Revista Fórum DC.

Agnew, JA (1987) Place and Politics: the geographical mediation of state and society, Progress in Human Geography.

Ascher, François (1998) Metapolis: Acerca do futuro da cidade. Oeiras, Celta Editora;

Barata, Manuela (2001): “O Programa de Cooperação Intermunicipal”, in CMS.

Barreira, Ana Maria Luciano (2010): Cooperação Descentralizada Príncipe-Portugal: Eficiência da Existência de Redes de Cooperação;
<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3/browse?type=author&order=ASC&rpp=20&value=Barreira%2C+Ana+Maria+Luciano>.

Caldas, Eduardo de Lima (2007): Formação de Agendas Governamentais Locais: O caso dos Consórcios Intermunicipais, http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-07042008-102411/publico/TESE_EDUARDO_LIMA_CALDAS.pdf.

Coelho, Vasco André Ferreira Dinis Seco (2004): Cooperação Descentralizada E Participativa Entre Portugal E Moçambique: O Exemplo Do Município Da Matola, in <http://hdl.handle.net/10400.5/750>.

Corella, Beatriz Sanz (2008): Guia para la acción exterior de los gobiernos locales y la cooperación descentralizada Unión Europea-América Latina.

Costa, Maria do Rosário Caleiro (2005): Redes Municipais: Uma nova dimensão económica no quadro da CPLP;

<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ManuelEnnesFerreira.pdf>

Dessotti, Fabiana Rita (2009): Cooperação descentralizada: uma inovação nas políticas públicas de desenvolvimento local, 5ème colloque de l'IFBAE – Grenoble.

Draibe, Sônia Miriram, (2005): “Virtudes e limites da cooperação descentralizada em prol da coesão social e do enfrentamento da pobreza: reflexões e recomendações”, Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP, caderno 64 in <http://www.nepp.unicamp.br/Cadernos/Cadernos64.pdf>

Fetterman, David; Wandersman, Abraham (2007): “Empowerment Evaluation: Collaboration, Action Research, and a case Example” in <http://www.preval.org/documentos/00551.pdf>.

Fetterman, David (2007): “Yesterday, Today, and Tomorrow”, American Journal of Evaluations, Vol. 28, No. 2, June, pp. 179-198, publicado por Sage, Sage Publications.

Ferreira, Carlos Henriques (s/d): O projecto nas periferias: dos limites da cidade à Intermunicipalidade, in <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1484/1/Carlos%20Henriques%20Ferreira.pdf>.

Lopes, Catarina (s.d.): “Cooperação Descentralizada: uma proposta autárquica frutífera”, FEC Fundação Evangelização e Culturas.

Melo, Alberto (2003a): As organizações da Economia Social e Solidária na Construção de uma Democracia Participativa e de um Desenvolvimento Sustentável, texto de Conferência da ULHT.

Midões, Miguel (2009): Diplomacia Municipal, que futuro? Novas dinâmicas da diplomacia internacional a partir da cooperação entre Macedo de Cavaleiros e a Ilha do Sal, dissertação in <http://www.bocc.ubi.pt/pag/midoes-trabalho-de-ridp-bocc-5-09.pdf>.

Ministério dos Negócios Estrangeiros: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros.aspx>.

Monteiro, Ramiro Ladeiro (2001): A África na Política de Cooperação Europeia, 2.^a edição actualizada, Lisboa: ISCSP.

Moreira, Branca Ferreira (1997): Políticas de Geminação e Interculturalidade, Tese de Mestrado, Universidade Aberta, Porto.

Moura, Tatiana e Pureza, José Manuel (2004): Desenvolvimento e Cooperação Internacional: novas institucionalidades e modelos de governação transfronteiriça, Centro de Estudos Ibéricos.

Portugal, Vera Lúcia Alves (2011): Cooperar Para A Inclusão Uma Estratégia Intermunicipal De Equipamentos Colectivos, in <http://hdl.handle.net/10400.5/2994>.

Proença, Fátima (2009): Avaliando a Cooperação Descentralizada: pistas para um modelo com aplicação empírica, in Cesa, Cadernos de Trabalho, n.º 77.

Sebastian G. Kessing, Kai A. Konrad and Christos Kotsogiannis, Economic Policy January 2007): Printed in Great Britain © CEPR, CES, MSH, 2007.

Ramos, Maria Conceição Moniz de Castro (2001): Os Processos de Autonomia e Descentralização à Luz das Teorias de Regulação Social O caso das políticas públicas de educação em Portugal Dissertação <http://hdl.handle.net/10362/1009>.

Rato, Helena (1998): Os Países do Magrebe e a Política de Cooperação da União Europeia, INA-Instituto Nacional de Administração.

Ribeiro, Arnaldo: Geminações internacionais e cooperação descentralizada em Portugal: A experiência de Viana do Castelo; Fórum Cultural para a Europa, organizado pela Presidência Portuguesa da União Europeia, 26, 27e 28 Setembro 2007, para uma Agenda Europeia para a Cultura num Mundo Globalizado CCB, Lisboa;

Ribeiro, Hermínia e Faria, Raquel (2009): A Cooperação Intermunicipal portuguesa Instituto Superior de Economia e Gestão - Cesa Documentos de Trabalho n.º 81.

Rodríguez, Jesús Carrillo Descentralización y Buen Gobierno en Colômbia, Electronic copy available at: <http://ssrn.com/abstract=1567632>.

Rodrigues, Pedro Miguel da Rocha Esteves (2005): Cooperação Descentralizada – Portugal/África Contributos para uma leitura portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sangreman, Carlos (2009): A teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o estado da arte da cooperação portuguesa, in Cesa, Documentos de Trabalho, n.º 80;

Schatteman, Alicia M. (2011): Local Goernement en a North American Context, Public Administration Review • January | February.

Schep, G.J., Angenent, F., Wismans, J. & M. Hillenius (1995): Local Challenges to Global Change, a global perspective on Municipal International Cooperation, IULA, SGBO, VNG, Sdu Publishers, The Hague.

Schiefer, Ulrich (2008): Integrated Evaluation of Change. A new perspective for planning and evaluation in multiple intervention environments. Periploi, Lisbon, 91 p. Intergovernmental Cooperation 187 Milwaukee Citywide Policy Plan.

Seisdedos, Susana Aviz (2008): la teoría e praxis de la cooperación descentralizada, in www.observ-ocd.org.

Tavares, Antonio e Camoes, Pedro (2007): Understanding Intergovernmental Cooperation in a context of Devolution: an empirical study of collaboration among Portuguese Municipalities.

Wisconsin Department of Administration (2002): Intergovernmental Cooperation A Guide to Preparing the Intergovernmental Cooperation Element of a Local Comprehensive Plan www.doa.state.wi.us/olis.

Xavier (2004) citando KATZ e RICE, 2002.

Ye, Lin (2009): Regional Government and Governance in China and the United States, Public Administration Review, Special Issue.

Anexos

Protocolo de cooperação entre Alijó e Saurimo.

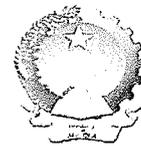
Protocolo de cooperação entre Alijó e Carballino.

Protocolo de cooperação entre Santa Marta de Penaguião e Lembá.

Protocolo de cooperação entre Santa Marta de Penaguião e Larçay.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO DA PROVÍNCIA DA LUNDA SUL

PROTOCOLO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALIJÓ (PORTUGAL) E O MUNICÍPIO DE SAURIMO (PROVÍNCIA DA LUNDA SUL ANGOLA)

O Presidente da Câmara Municipal de Alijó e Governador do Governo da Província da Lunda Sul, considerando os fortes laços de amizade e de cooperação existentes entre os dois povos e a comprovada vontade de ambas as Partes em colaborarem solidariamente para o bem-estar dos seus cidadãos e o desenvolvimento das relações mútuas, manifestam a vontade de firmar um protocolo de Amizade e Cooperação entre o Município de Alijó e o Governo da Província da Lunda Sul.

São séculos de história a unir os povos de Portugal e de Angola, existindo um riquíssimo património histórico e cultural comum que urge preservar e proteger.

Impõe-se a cooperação entre as Partes, com base no respeito e na autonomia própria de cada uma delas, assumida de forma solidária e subsequente.

O Município de Alijó e o Governo da Província da Lunda Sul consideram o relacionamento entre os mesmos como possíveis e fundamentais componentes do processo de amizade entre o povo português e o povo angolano.

As duas entidades consideram de essencial importância e esperam que para além do seu relacionamento formal, este Protocolo de Amizade e Cooperação permita e contribua para o encontro ou reencontro entre as populações dos dois Povos.

O Presidente da Câmara Municipal de Alijó e o Governador do Governo da Província da Lunda Sul manifestam a sua vontade inquebrantável em desenvolver ao máximo as relações entre os dois Povos, como forma de consolidar a amizade e a solidariedade entre ambos, cimentada por séculos de história e cultura comuns.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO DA PROVÍNCIA DA LUNDA SUL

NESTE CONTEXTO,

- Considerando a vontade das Partes em mobilizar, em torno desta parceria, esforços e iniciativas com vista a torná-la eficaz;

- Considerando o presente Protocolo, como uma forma de cooperação que facilita o envolvimento das populações, nomeadamente a sua participação em projectos de desenvolvimento local;

O Município de Alijó, representado pelo seu Presidente, Senhor Dr. José Artur Fontes Cascarejo

e

O Governo da Província da Lunda Sul, representado pelo seu Governador, Senhor Marceal Niji Satambi K. Itengo

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1.º

OBJECTO

1 - O presente Protocolo de Amizade e Cooperação tem como objecto as seguintes áreas:

* Actividade Económicas

* Juventude

* Educação

* Saúde

* Ambiente

* Cultura

* Formação

* Desporto

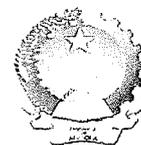
* Assessoria técnica

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO DA PROVÍNCIA DA LUNDA SUL

2 - O presente Protocolo visa promover o reforço das relações de amizade e cooperação entre Alijó e Lunda Sul bem como promover o desenvolvimento social e económico das populações respectivas.

ARTIGO 2.º

FORMAS DE COOPERAÇÃO

1 - A cooperação entre o Município de Alijó e o Governo Provincial de Lunda Sul desenvolver-se-á através de:

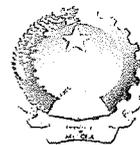
- * Encontros directos entre representantes das Partes;
- * Intercâmbios e encontros entre grupos populacionais, com particular destaque para grupos juvenis;
- * Acolhimento recíproco de estagiários nos serviços da administração;
- * Definição e realização de projectos de carácter social e económico;
- * Procura de financiamentos necessários para a realização dos projectos definidos em comum acordo;
- * Identificação de eventuais parceiros;
- * Apoio na elaboração de estudos;
- * Intercâmbio cultural e desportivo;
- * Troca de informação e de documentação técnica.

2 - Com vista à definição dos objectivos respeitantes aos projectos, as Partes poderão, em conjunto ou separadamente, ser assessoradas por especialistas.

3 - Com vista à concretização de cada um dos projectos, as Partes especificarão os parceiros com quem desejam associar-se.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural



REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO DA PROVÍNCIA DA LUNDA SUL

4 - As Partes envidarão esforços com vista ao estabelecimento de relações directas de cooperação e intercâmbio entre as freguesias, associações e empresários dos respectivos territórios.

ARTIGO 3.º

DEFINIÇÃO DOS PROJECTOS – MÉTODOS DE TRABALHO

- 1 - Os projectos específicos serão definidos de comum acordo.
- 2 - Os projectos deverão inserir-se numa perspectiva de desenvolvimento e de intercâmbio a longo prazo, podendo igualmente incluir vertentes a curto e médio prazo, que poderão ser objecto de anexos ao presente Protocolo.
- 3 - Anualmente serão feitos os balanço e actualização à luz da evolução dos diferentes programas e projectos.

ARTIGO 4.º

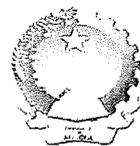
ENTRADA EM VIGOR E DURAÇÃO

- 1 - O presente Protocolo entrará em vigor imediatamente após a sua ratificação pelos órgãos competentes.
- 2 - O presente Protocolo é válido por um período de 5 (cinco) anos renováveis tacitamente por iguais períodos.

Rua General
Alves Pedrosa, 13
5070-051 ALIJÓ
Telef.: 259 957 100
Fax: 259 959 738



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ
Deslumbrante Património Natural



REPÚBLICA DE ANGOLA
GOVERNO DA PROVÍNCIA DA LUNDA SUL

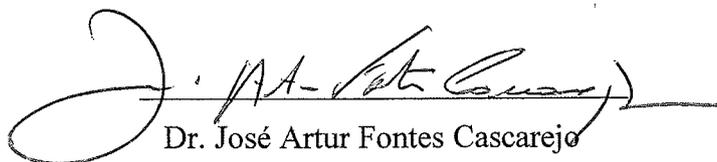
ARTIGO 5.º

RESCISÃO

- 1 - O presente Protocolo poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente, mediante aviso formal e oficial prévio com a antecedência mínima de 6 (seis) meses.
- 2 - A rescisão por mútuo acordo não dará direito a qualquer indemnização.
- 3 - A rescisão unilateral não dará lugar a qualquer indemnização, salvo se no caso de projectos em execução que não puderem ser concluídos dentro do prazo fixado pelo pré-aviso referido no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - A forma de pagamento de eventual indemnização será objecto de acordo entre as Partes.

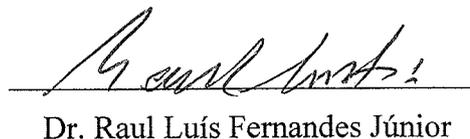
Celebrado em Saurimo, aos 28/05/2006

Município de Alijó


Dr. José Artur Fontes Cascarejo

Presidente da Câmara Municipal de Alijó

Município de Saurimo


Dr. Raul Luís Fernandes Júnior

Administrador Municipal de Saurimo



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



Município de Carballeño

PROTOCOLO DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ALIJÓ (PORTUGAL) E O CARBALLIÑO (ESPANHA)

CONSIDERANDO QUE:

- 1. Os Municípios de Alijó e O Carballeño têm mantido nos últimos tempos uma estreita relação de parceria, mormente no que se reporta aos dirigentes políticos locais e agentes económicos, que se tem traduzido num cada vez maior intercâmbio de pessoas e bens;*
- 2. Importa aprofundar o conhecimento mútuo entre aos dois Municípios, ao nível das administrações locais, das estruturas empresariais e das associações culturais, recreativas e desportivas;*
- 3. A formalização de um protocolo de geminação pode significar um forte impulso na concretização dos desideratos anteriormente identificados.*

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ E A ALCALDESA DE O CARBALLIÑO, REUNIDOS EM ALIJÓ, NOS PAÇOS DO MUNICÍPIO, PERANTE OS ELEITOS DOS RESPECTIVOS MUNICÍPIOS, AS AUTORIDADES LOCAIS E A POPULAÇÃO CONVIDADA PARA O EFEITO, ACORDAM:

** Promover o intercâmbio cultural, desportivo e recreativo e a troca de experiências autárquicas entre os dois municípios;*

** Desenvolver acções que contribuam para a aproximação e o aprofundar do conhecimento entre os povos;*



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural



O Carballiño

**Estabelecer laços de solidariedade na defesa, preservação e valorização do respectivo património classificado;*

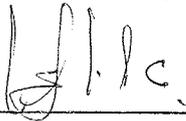
** Promover o reforço das relações de cooperação entre os dois municípios através do desenvolvimento de projectos comuns.*

Alijó, dia 15 de Julho de 2005

O Presidente da Câmara Municipal de Alijó

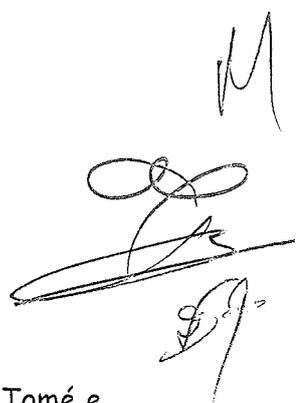

José Artur Fontes Cascarejo

A Alcaldesa de O Carballiño


Elisa Domínguez Vidal

Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal de
Lembá



PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO

A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e a Câmara de Lembá (S. Tomé e Príncipe) considerando os fortes laços de amizade e a cooperação existente entre os dois povos e a comprovada vontade de ambas as partes de colaboração solidariamente para o bem - estar dos seus cidadãos e o desenvolvimento das relações mutuas, manifestam a vontade de firmar o protocolo de geminação entre Santa Marta de Penaguião e Lembá.

São séculos de História comuns a unir os povos da República democrática de S. Tomé e de Portugal, existindo um riquíssimo património cultural e linguístico comum, que urge preservar e proteger. Impõe-se a cooperação entre os dois municípios com base no respectivo e na autonomia própria de cada um deles, assumida de forma solidária e consequente.

A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e a Câmara de Lembá consideram o relacionamento entre os dois municípios como uma das possíveis e fundamentais componentes do processo de amizade entre os povos Português e S. Tomense.

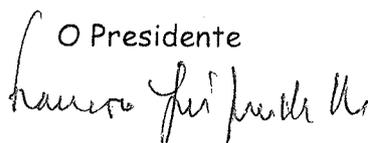
As duas entidades consideram de essencial importância e esperam que para além do seu relacionamento formal, esta geminação permite e contribua para o encontro ou reencontro entre as populações dos dois municípios, nomeadamente através das suas associações representativas.

A Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião e a Câmara de Lembá manifesta a sua vontade em desenvolver ao máximo as relações entre os dois municípios, como forma de combater o racismo e a xenofobia e, promover a amizade e a solidariedade entre as populações de ambos os municípios.

Os termos exactos e as metodologias de concretização dessa vontade solenemente assumida, serão reguladas em Acordo de Cooperação.

Feito em Santa Marta de Penaguião, aos 30 de Agosto de 1999

Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião

O Presidente


Câmara Municipal de
Lembá


O Presidente

Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal de
Lembá



ACORDO DE COOPERAÇÃO

As Câmaras Municipais de Santa Marta de Penaguião e de Lembá (S. Tomé);

Desejosos de desenvolver os laços de amizade existentes entre os seus municípios;

Convencidas que a cooperação entre elas, incrementará o encontro entre os povos Português e S. Tomense, e mutuamente vantajoso para os respectivos países;

Decidem celebrar o seguinte Acordo de Cooperação;

ARTIGO 1º

As partes reconhecem a existência de vínculos e laços convivências entre os seus municípios, decidindo portanto desenvolver programas de cooperação com vista ao aprofundamento e consolidação desses laços, em benefício comum.

ARTIGO 2º

Os contratantes propõem-se cooperar quando possível em programas de desenvolvimento, encorajando e dinamizando várias iniciativas, tanto municipais, como das sociedades civis respectivas e outras entidades públicas.

ARTIGO 3º

Quando solicitado, o Município de Lembá cooperará com o Município de Santa Marta de Penaguião em projectos de interesse deste.

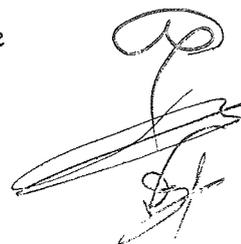
ARTIGO 4º

O Município de Santa Marta de Penaguião quando solicitado procurará cooperar com o Município de Lembá nas seguintes acções:

- a) Envio de delegações a S. Tomé em missões de cooperação;
- b) Fornecimento de meios técnicos adequados a projectos e programas municipais;
- c) Formação de pessoal em áreas constante acordo de cooperação;

Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal de
Lembá



- d) Apoio na organização de serviços municipais;
- e) Acompanhamento de processos de financiamento a projectos de desenvolvimento a projectos de desenvolvimento local;

ARTIGO 5º

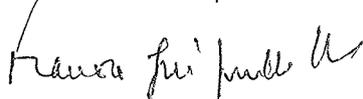
A cooperação e intercâmbio citados no artigo anterior, poderão versar sobre todos os domínios considerados de interesse para ambas as partes, particularmente os seguintes:

- a) Fomento Desportivo;
- b) Desenvolvimento Económico;
- c) Associativismo e Cooperativismo;
- d) Intercâmbio Cultural;
- e) Organização de Serviços;
- f) Comunidades Migrantes;
- g) Planeamento e Urbanismo;
- h) Educação e Formação Profissional;
- i) Infra-estruturas;
- j) Saúde.

ARTIGO 6º

As partes facilitarão e encorajarão a cooperação e o intercâmbio entre colectividades, cooperativas, associações, empresas e outras expressões organizativas dos respectivos concelhos;

Câmara Municipal de



Câmara Municipal de

Santa Marta de Penaguião

Lembá

ARTIGO 7º

O financiamento e a coordenação de vários de projectos de cooperação serão fixados em programas específicos, caso a caso, procurando-se prioritariamente atrair apoios exteriores aos municípios;

ARTIGO 8º

A cooperação entre os dois municípios, embora versando vários domínios de interesse, deverá procurar constituir um todo coerente, sendo fundamental que se constitua em projectos bem identificados com uma coordenação municipal claramente definida, em princípios da competência dos Presidentes das Câmaras Municipais;

ARTIGO 9º

O presente acordo entrará em vigor na data da sua assinatura e terá duração indeterminada, podendo ser denunciado por cada uma das partes contratantes, após um aviso prévio de três meses.

Feito em Santa Marta de Penaguião, aos 30 de Agosto de 1999

Câmara Municipal de
Santa Marta de Penaguião

O Presidente

Câmara Municipal de
Lembá

O Presidente

Serment de Jumelage

Nous, Gérard Martellière et Francisco Ribeiro
Maires de Larçay et Santa Marta de Penaguião

Librement désignés par le suffrage de nos concitoyens,

Certains de répondre aux aspirations profondes et aux besoins réels de nos populations ; Sachant que la civilisation occidentale a trouvé son berceau dans nos anciennes « communes » et que L'esprit de liberté s'est d'abord inscrit dans les franchises qu'elles surent conquérir ;

Considérant que l'œuvre de l'histoire doit se poursuivre dans un monde élargi, mais que ce monde ne sera vraiment humain que dans la mesure où les hommes vivront libres dans des cités libres ;

En ce jour, nous prenons l'engagement solennel

De maintenir des liens permanents entre les municipalités de nos communes, de favoriser en tous domaines les échanges entre les habitants pour développer, par une meilleure compréhension mutuelle, le sentiment vivant de la fraternité européenne ;

De consacrer nos efforts afin d'aider dans la pleine mesure de nos moyens au succès de cette nécessaire entreprise de paix et de prospérité : l'union européenne

Santa Marta de Penaguião, le 15 Septembre 2006

Le Maire

De la Commune de

Santa Marta de Penaguião


(Prof. Francisco Ribeiro)

Le Maire

De la Commune de

Larçay


(Gérard Martellière)

Juramento de Geminção

Nós, Gérard Martelliére e Francisco Ribeiro

Presidentes das Câmaras de Larçay e Santa Marta de Penaguião

Eleitos livremente pelo sufrágio dos nossos cidadãos,

*Convictos em corresponder às aspirações profundas e às necessidades das
nossas populações; conscientes de que a civilização ocidental teve o seu berço nas
nossas antigas cidades, instituições primogénitas, que foram pioneiras na
conquista do espírito de liberdade,*

*Considerando que a obra da história deve continuar à escala universal, porque
este mundo só será mais humano quando os homens viverem livres em cidades
livres,*

Neste dia, selamos o seguinte compromisso

*De manter laços permanentes entre as Câmaras Municipais das nossas
Vilas, de favorecer o intercâmbio entre os seus habitantes, em todos os campos,
para desenvolver, através da compreensão mútua, o sentimento, vivo da
fraternidade europeia e da solidariedade universal,*

*De Conjugar os nossos esforços para contribuir, na medida das nossas
possibilidades, para o êxito desta necessária tarefa de paz e prosperidade.*

Santa Marta de Penaguião, 16 de Setembro de 2006

*O Presidente
do Município de
Santa Marta de Penaguião
Francisco Ribeiro
(Prof. Francisco Ribeiro)*

*O Presidente
do Município de
Larçay
Gérard Martelliére*

Guião da entrevista

INQUÉRITO – MUNICÍPIOS DO DISTRITO DE VILA REAL

1. Identificação:

Câmara Municipal de Alijó Concelho:

Departamento/Divisão/Gabinete/Área:

Função: Presidente da CM –

Contactos: _____

2. Municípios do Distrito de Vila Real com acordos de cooperação:

2.1. História

Quantas ações de cooperação e de que tipo desenvolve o seu município? Bilaterais ou a nível multilateral ou em rede? Com que instituições/municípios? Que áreas abrange?

2.2. Formas que assumem os acordos de cooperação:

Geminação ___ Protocolos de Cooperação _ Acordos de Cooperação _____ Redes ___ Acordos de colaboração ___ Acordos de cooperação e amizade _ Outras ___ Especifique: _

2.3. Quais as principais motivações que estiveram na base das acções de cooperação (numere por ordem crescente de importância [1, 2, ...])?

Económica _ Histórica ___ Cultural _ Humanitária ___ Social _ Outras ___ Quais?

2.4. Justifique a sua escolha com dados concretos

2.5. Quais as áreas/ domínios de cooperação?

Económico _ Comercio X_Industria ___ Serviços _____ Agricultura ___ Transportes ___ Técnico ___ Cultural_ Educação ___ Formação Ambiental Infra-estruturas _____ Habitação ___ Saúde ___ Desporto _ Social _ Saneamento Básico ___ Energia ___ Outros _
Quais?

Maria João Rodrigues Fernandes



2.6. O que tem sido feito, e quais as acções já desenvolvidas?

2.7. Quais os reflexos /impactos locais das acções de cooperação do seu município?

2.8. Existem associações e parcerias com membros da sociedade civil, no âmbito dos acordos de cooperação? Quais?

2.9. Quais os motivos que acredita terem estado na base dessas associações e parcerias?

2.10. Qual o grau de satisfação relativamente às acções de cooperação?

Muito Bom _ Bom __ Indiferente ____ Razoável _____ Fraco _____ Nulo _____

Maria João Rodrigues Fernandes



2.11. O que poderia ser melhorado?

3. 1. Na sua opinião, quais os principais factores que dificultam a cooperação autárquica?

3.2. E quais os que a podem estimular?

4. Como avalia o trabalho em rede desenvolvido pelos municípios e instituições geminadas? O que poderia ser feito para melhorar?

5. Sugestões:

Obrigada pela sua disponibilidade e colaboração.

Maria João Rodrigues Fernandes

